

ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM

APRESENTADA PELO

Excmo. Sr. Governador Manoel Ribas

A:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO,
AO INSTALAR-SE A 3.^a SESSÃO ORDI-
NARIA DA 1.^a LEGISLATURA, EM
1.^o DE SETEMBRO DE 1937.



EMPRESA GRAFICA PARANAENSE
CURITIBA

353.0313
P223
1937

*Senhores Membros do
Poder Legislativo*

Em obediência ao dispositivo constitucional, cumpre-me submeter á vossa esclarecida apreciação os átos e realizações do Poder Executivo durante o ano de 1.936.

Folgo em poder registrar que sob um ambiente de absoluta tranquilidade, mantida a ordem publica em todos os setores, o Paraná resurge economica e financeiramente e apresenta o organismo de sua administração publica completamente curado dos males que o afligiam e que são do vosso conhecimento.

A orientação do meu governo permanece inalterada: continuo a desenvolver o programa de realizações que a mim proprio me impuz e que se resume no incentivo das forças economicas do Estado e na proteção e estímulo á agricultura, á pecuaria, á industria e ao comercio, com o que tenho fortalecido, de maneira segura e estavel, os orçamentos cujas severas arrecadações tem dado recursos para a messe de obras diversas, de estradas, de escolas, de edificios publicos e de institutos de assistencia social, em cuja importancia é ocioso insistir.

Aos Poderes Publicos tem sido dispensado o acatamento que lhes é devido e, para bem do Estado, tem sido efetiva a coordenação de sua ação, nos termos constitucionais.

Conforta-me ser possível asseverar que a vossa ação, Srs. Deputados, tem-se desenvolvido sempre orientada pelos superiores interesses do nosso Estado, que tem encontrado em vós elementos de defesa esclarecida e de proteção inteligente.

Espero continuar a contar com o vosso apoio para levar a bom termino o meu periodo de governo, certo de que a vossa cooperação ha de facilitar a pesada tarefa que me recáe sobre os ombros.

Não hão de me faltar tambem as sugestões oriundas do vosso saber e do vosso patriotismo, com as quais conto como subsidios valiosos para a solução dos problemas que interessam a administração do Paraná.

E, na sùmula de trabalhos que se segue, relativos a atividade do Poder Êxecutivo em cada ramo de administfação haveis de ver o esforço de quem luta por ser digno de vossa confiança e por honrar o mandato politico que lhe conferistes.

Secretaria do Interior
e Justiça

Os serviços de Justiça Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Educação, Saúde Pública e assistência aos municípios têm constituído absorvente preocupação do Governo, que tem procurado dar-lhes organização aperfeiçoada e eficiente, condizente com o progresso e as necessidades do Estado. À Secretaria do Interior e Justiça coube a realização desse trabalho, desempenhado a contento, como demonstram a regularidade e o bom estado das repartições que lhe são subordinadas.

Verdade é que para maior produtividade dos Departamentos do Expediente e Protocolo Geral, da Justiça e do Interior, Arquivo Público e Imprensa Oficial, que centralizam e encaminham as varias atividades dependentes da Secretaria do Interior, faz-se mister racionalizar os seus serviços e dotá-los de uma organização e aparelhamento apropriados, como já existem nas demais Secretarias. Esta necessidade será atendida ainda no presente exercício. E uma vez satisfeita estará o Estado dotado de um perfeito mecanismo de serviços públicos, perfeitamente articulado e apto a dar o maximo de resultado, pela simplificação e celeridade da máquina burocratica.

Exerceu o cargo de Secretário do Interior e Justiça durante o ano de 1.936 o competente clinico Dr. Euripedes Garcez do Nascimento, que foi exonerado, a pedido, por decreto n.º 5.129 de 22 de junho do corrente ano, sendo substituído pelo Doutor Omar Gonçalves da Motta, que com brilho e dedicação vinha exercendo o cargo de Procurador Geral do Estado.

CORPO CONSULAR

O Corpo Consular acreditado junto ao Governo, tem merecido de minha parte toda consideração, concorrendo, a seu turno, para estreitar as relações existentes, mantidas com a maior cordialidade.

No decurso do ano ultimo, de acôrdo com as solicitações oriundas do Ministerio das Relações Exteriores, foram baixados os seguintes Decretos de reconhecimento:

N.º 2545, de 20 de abril, relativo ao Senhor Josef Gieburowski, Consul Geral da Polonia;

N.º 2179, de 27 de fevereiro, sobre o Senhor Jakob Thommen, Consul da Suissa;

N.º 3589, de 5 de novembro, referente ao Senhor Carlos Gandolfo, Vice-Consul da Argentina em Paranaguá;

N.º 3567, de 28 de outubro, com relação ao Senhor Carol H. Foster, Consul Geral da America do Norte em São Paulo, com jurisdição no Paraná;

N.º 3239, de 13 de agosto, atinente ao Senhor Alcides Codas Papaluca, Consul do Paraguai.

FERIADOS

CORONEL JOÃO ANTONIO XAVIER: — Tendo falecido, em 2 de abril do ano ultimo, nesta Capital, o venerando paranaense Coronel João Antonio Xavier, que prestou relevantes serviços ao Estado, em varios cargos de destaque, baixei o Decreto n.º 2462, daquela data, determinando luto oficial por 3 dias.

DIA DO COLONO: — Por Decreto N.º 3115, de 24 de julho de 1936, foi facultado o ponto nas Repartições públicas do Estado, em homenagem ao "DIA DO COLONO" cujo transcurso se deu no dia 26 do mesmo mês.

CONSELHO DO ESTADO

Este órgão de coordenação de poderes, na fórmula constitucional, vai desempenhando as suas funções dentro dos limites legais.

Exerce o cargo de Presidente o Conselheiro Dr. Joaquim Miró.

NATURALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS

Todos os processos de naturalização de estrangeiros como cidadãos brasileiros, têm sido, depois de observadas as exigências legais, encaminhados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Os decretos de naturalização recebidos pelo Governo, são entregues aos naturalizados, após a satisfação do que se acha inserto no Aviso-Circular de 11 de agosto de 1923, daquele Ministério, e do necessario registro na Secretaria do Interior e Justiça.

Cumpridas têm sido as disposições da lei federal n.º 361, de 30 de dezembro de 1936, que aboliu a isenção de selos e custas de que gozavam os documentos destinados á naturalização.

No decorrer do ano findo, foram entregues 18 decretos de naturalização.

O numero de processos remetidos áquele Ministério, nos quatro ultimos ânos, é o que segue:

1933	1934	1935	1936
35	46	55	62

CAMARAS MUNICIPAIS

As Camaras Municipais dos Municipios do Estado, eleitas a 12 de setembro de 1935, foram empossadas de conformidade com os dispositivos da lei eleitoral, applicaveis á especie.

O unico Municipio em que se não procedeu a eleição, foi o de Matinhos.

MUNICIPIOS

O Estado contava com 56 Municipios, antes da criação do Municipio de Lageado Bonito, a qual se deu em virtude da lei n.º 174, de 11 de março deste ano.

Esse Municipio, porém, ainda não foi instalado.

Constituido com territorio desanexado do Municipio de Tibagi, terá a sua séde no Distrito que lhe deu o nome e ficará mais com os Distritos de Bela Vista, Fachinal de São Sebastião, Monjolinho e São Roque.

A divisão administrativa do Estado sofrerá modificação, desde que venha a ser cumprida a disposição do artigo 102, n.º 3, da Constituição Política do Estado.

Sobre o assunto, em momento oportuno, fornecerei os dados precisos a um melhor estudo.

LIMITES MUNICIPAIS

Tendo a lei n.º 19, de 17 de outubro de 1935, fixados os limites de alguns Municípios, já mencionados em minha última Mensagem, nutre o Governo a esperança de que venham a ser dirimidas as dúvidas ainda existentes sobre as linhas limitrofes de outras circunscrições municipais e respectivos Distritos Judiciários, afim de que seja possível a confecção do mapa do Estado, com dados geograficos certos e positivos.

Esse trabalho, entretanto, dada à sua importancia, demanda tempo e estudo minucioso das divisas municipais e distritais.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Os Municípios do Estado, no decurso do ultimo exercício financeiro, arrecadaram o total de Rs. 14.806.501\$619, havendo um excesso de Rs. 1.703:846\$011 sobre a arrecadação de 1935, a qual foi de Rs. 13.102:655\$608.

Tendo o Município desta Capital arrecadado Rs. 6.529:894\$630, conclue-se que os outros 55 Municípios tiveram uma renda total de Rs. 8.276:606\$989.

A receita total dos Municípios nos quatro ultimos anos é a que se segue:

1933	1934	1935	1936
9.624:845\$271	10.777:407\$411	13.102:655\$608	14.806:501\$619

A despesa, em igual periodo, foi de Rs. 14.242:633\$593 ao passo que a fixada em orçamentos era de Rs. 15.991:035\$776, verificando-se assim uma diferença a menos de Rs. 1.748:402\$183. E' o que se póde verificar com exatidão no quadro seguinte:

Vida Financeira dos Municipios

EXERCICIO DE 1936

MUNICIPIOS	RECEITA			DESPESA		
	ORÇADA	ARRECADADA	Para + ou -	ORÇADA	EFETUADA	Para + ou -
Antonina	450:000\$000	372:244\$100	- 77:755\$900	462:893\$000	382:940\$500	- 67:059\$500
Araucaria	95:510\$000	78:152\$100	- 17:357\$900	95:510\$000	78:756\$600	- 16:753\$400
Bandeirantes	190:000\$000	148:334\$300	- 41:665\$700	190:000\$000	122:809\$800	- 67:190\$200
Bocaiuva	75:744\$000	81:810\$800	+ 6:066\$800	75:744\$000	80:583\$300	+ 4:837\$900
C. Grande	52:800\$000	47:359\$400	- 5:440\$600	52:800\$000	46:811\$225	- 5:988\$775
C. Largo	90:000\$000	90:856\$400	+ 856\$400	90:000\$000	86:377\$200	- 3:622\$800
Cambará	426:920\$000	443:982\$448	+ 17:062\$448	426:920\$000	464:440\$114	+ 37:520\$114
Carlopolia	154:310\$000	55:627\$290	- 98:682\$710	154:310\$000	65:625\$667	- 88:684\$333
Castro	170:000\$000	187:565\$900	+ 17:565\$900	170:000\$000	189:251\$000	+ 19:251\$000
Cerro Azul	90:000\$000	71:219\$100	- 18:780\$900	90:000\$000	70:197\$900	- 19:802\$100
Clevelandia	81:100\$000	70:504\$000	- 10:596\$000	81:100\$000	69:987\$700	- 11:112\$300
Colombo	57:800\$000	42:927\$000	- 14:873\$000	57:800\$000	42:863\$500	- 14:936\$500
Curitiba	6.504:000\$000	6.529:894\$630	+ 25:894\$630	6.541:031\$000	6.085:309\$948	- 455:721\$052
Entre Rios	50:800\$000	28:769\$200	- 22:030\$800	50:800\$000	28:631\$850	- 22:168\$150
Fóz do Iguassú	98:610\$000	67:082\$200	- 31:527\$800	98:610\$000	67:233\$400	- 31:376\$600
Guaraquessaba	50:962\$000	22:816\$214	- 28:145\$786	50:962\$000	24:611\$080	- 26:350\$920
Guarapuava	245:449\$200	236:695\$500	- 8:753\$700	245:449\$200	234:481\$200	- 10:968\$000
Guaratuba	20:770\$000	18:299\$500	- 2:470\$500	20:770\$000	18:993\$800	- 1:776\$200
Ipiranga	72:000\$000	77:513\$800	+ 5:513\$800	72:000\$000	73:288\$350	+ 1:288\$350
Iraí	235:000\$000	232:599\$170	- 2:400\$830	235:000\$000	230:883\$750	- 4:116\$250
Imbituva	102:510\$000	95:478\$000	- 7:032\$000	102:510\$000	94:087\$100	- 8:422\$900
Jacarezinho	588:000\$000	400:781\$430	- 187:218\$570	588:000\$000	400:446\$420	- 187:553\$580
Jaguariaíva	210:000\$000	191:870\$680	- 18:129\$320	210:000\$000	191:315\$100	- 18:684\$900
Jataí	133:150\$000	104:395\$000	- 28:755\$000	133:150\$000	105:182\$000	- 27:968\$000
Joaquim Tavora	150:000\$000	93:880\$400	- 56:119\$600	150:000\$000	89:576\$640	- 60:423\$360
Lapa	267:530\$000	255:385\$100	- 12:144\$900	267:530\$000	248:604\$300	- 18:925\$700
Londrina	184:890\$000	260:772\$100	+ 75:882\$100	184:890\$000	273:498\$200	+ 88:608\$200
Malé	184:000\$000	126:466\$100	- 57:533\$900	184:000\$000	126:391\$500	- 57:608\$500
Matinhos	11:000\$000	4:281\$000	- 6:719\$000	11:000\$000	4:186\$200	- 6:813\$800
Morretes	129:880\$000	92:636\$500	- 37:243\$500	129:880\$000	93:205\$800	- 36:674\$200
Palmas	101:543\$600	90:066\$700	- 11:476\$900	101:543\$600	91:026\$366	- 10:517\$234
Palmeira	173:259\$300	156:568\$100	- 16:691\$200	173:259\$300	154:517\$900	- 18:741\$400
Paranaguá	617:700\$000	577:592\$300	- 40:107\$700	617:700\$000	569:616\$000	- 48:084\$000
Piraquara	70:640\$000	45:487\$600	- 25:152\$400	70:640\$000	45:061\$800	- 25:578\$200
Piraí	63:095\$000	50:706\$400	- 12:388\$600	63:095\$000	49:118\$500	- 13:976\$500
Ponta Grossa	992:500\$000	1.041:017\$400	+ 48:517\$400	1.005:168\$000	985:606\$600	- 19:561\$400
Prudentópolis	72:000\$000	67:425\$400	- 4:574\$600	75:000\$000	56:293\$200	- 18:706\$800
Rebouças	75:000\$000	58:729\$100	- 16:270\$900	75:000\$000	58:693\$700	- 16:306\$300
Reserva	109:500\$000	99:242\$852	- 10:257\$148	109:500\$000	100:369\$481	- 9:130\$519
R. Claro	245:630\$000	188:535\$900	- 57:095\$100	245:630\$000	180:715\$500	- 64:914\$500
R. Branco	96:964\$800	53:178\$700	- 43:786\$100	96:448\$200	51:936\$200	- 44:512\$000
Rio Azul	55:500\$000	56:316\$200	+ 1:816\$200	55:500\$000	52:582\$832	- 2:917\$168
Rio Negro	162:930\$000	222:256\$600	+ 59:326\$600	162:930\$000	226:831\$200	+ 63:901\$200
S. A. da Platina	286:531\$900	196:552\$200	- 89:979\$700	286:531\$900	195:261\$400	- 91:270\$500
S. J. do Triunfo	105:930\$000	60:279\$550	- 45:650\$450	105:930\$000	58:360\$000	- 47:570\$000
S. J. dos Pinhais	119:620\$000	157:830\$100	+ 38:210\$100	119:620\$000	141:013\$300	+ 21:393\$300
São Matheus	150:000\$000	122:290\$900	- 27:709\$100	150:000\$000	121:726\$500	- 28:273\$500
Sengés	95:000\$000	90:221\$600	- 4:778\$400	95:000\$000	90:221\$600	- 4:778\$400
Sertanópolis	140:674\$416	115:866\$155	- 24:808\$261	140:674\$416	123:345\$100	- 17:329\$316
S. Campos	142:000\$000	125:289\$500	- 16:710\$500	142:000\$000	114:940\$600	- 27:059\$400
Tamandaré	93:610\$000	30:830\$650	- 62:779\$350	93:610\$000	30:648\$000	- 62:962\$000
Teixeira Soares	88:961\$000	96:365\$400	+ 7:404\$400	88:961\$000	92:389\$600	+ 3:428\$600
Tomazina	140:600\$000	106:520\$200	- 34:079\$800	140:600\$000	108:382\$450	- 32:217\$550
Tibagi	251:400\$000	230:440\$100	- 20:959\$900	251:400\$000	229:124\$300	- 22:275\$700
União da Vitoria	183:011\$280	176:749\$600	- 6:461\$680	183:011\$280	173:082\$700	- 9:928\$580
Venceslau Braz	80:000\$000	61:633\$200	- 18:366\$800	80:000\$000	61:192\$800	- 18:807\$200
	15.886:336\$496	14.806:501\$619		15.991:035\$776	14.242:633\$593	

RESUMO

RECEITA	
Orçada	15.886:336\$496
Arrecadada	14.806:501\$619
	1.079:834\$877
Para mais	303:116\$778
Para menos	1.382:951\$655
	1.079:834\$877

DESPESA	
Orçada	15.991:035\$776
Efetuada	14.242:633\$593
	1.748:402\$183
Para mais	240:230\$064
Para menos	1.988:632\$247
	1.748:402\$183

Os saldos constantes do balanço geral do exercício atingiram a Rs. 878:294\$275, quando os que existiam a 1.º de janeiro de 1936 montavam em Rs. 290:824\$629.

A Taxa de Melhoramentos Públicos, com aplicação especial, isto é, destinada à abertura e conservação de estradas municipais, produziu a quantia de Rs. 1.144:163\$030, sendo Rs. 316:350\$400, em dinheiro, e Rs. 827:812\$630, em serviços prestados pelos contribuintes.

A renda dessa Taxa, desde 1934, quando foi instituída, até o ano de 1936, tem sido a que se segue:

1934	1935	1936
754:764\$210	978:572\$267	1.144:163\$030

A dívida passiva dos Municípios, ao encerrar-se o exercício financeiro findo, era de Rs. 20.727:673\$199, e a dívida ativa de Rs. 10.376:035\$395.

As administrações municipais foram científicadas, em época própria, das alterações feitas na lei n.º 15, de 9 de outubro de 1935, tendentes a dar uma melhor organização aos Municípios.

Os dispositivos dos artigos 141 e 156 da Constituição Federal vêm sendo observados pelos Municípios, que se entendem diretamente com a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, do Ministério de Educação e Saúde Pública, quanto à aplicação da renda proveniente de 1%, calculada sobre a renda tributária.

O imposto de beneficência passou a ser arrecadado pelos Municípios, ex-vi do Decreto n.º 3896, de 26 de janeiro deste ano, baixado com fundamento na lei n.º 116, de 7 do mesmo mês.

Seria de grande conveniência que fossem procedidos novos estudos sobre a lei de Organização dos Municípios, de maneira que viessem a ser esclarecidas algumas de suas disposições e aditadas outras, visando orientar com maior precisão as administrações municipais.

ASSISTENCIA TECNICA

Não tendo sido instalado o Departamento de Assistencia Técnica aos Municípios, criado por lei n.º 41, de 12 de novembro de 1935, foram as respectivas funções confiadas ao Departamento do Interior, Arquivo Publico e Imprensa Oficial, da Secretaria do Interior e Justiça, o qual, desde 1930, vinha exercendo o controle municipal.

Esses serviços têm sido executados com solicitude e economia para os cofres estaduais.

O Departamento recebeu e deu a devida solução a 2.605 officios de Prefeituras, expedindo, no mesmo periodo, 4369 officios, inclusive 33 circulares, sobre varios assuntos.

O controle autorizado na forma constitucional tem sido efetuado de maneira eficiente.

Atendendo solicitação feita, foi procedido o levantamento de escrita, e realizados outros serviços, por Contadores, nos Municípios de Teixeira Soares, Pirai, Castro, Tamandaré, Tibagi e Guaraquessaba.

Ainda pelo Engenheiro posto á disposição da Secretaria do Interior e Justiça, para o que diz respeito aos serviços de assistencia, foram atendidas as solicitações dos Municípios de Morretes, São Mateus, Ponta Grossa e Castro.

As despesas decorrentes de gratificação aos funcionários do serviço de assistencia técnica, transporte, diárias de viagem e material de expediente, foram de Rs. 23:215\$500, ao passo que somente os vencimentos dos funcionários do Departamento, caso este tivesse sido instalado, atingiriam a quantia de Rs. 89:400\$000.

Dessa forma, esse importante serviço vem sendo regularmente efetuado, com uma economia de Rs. 66:184\$500, anuais, para o Estado.

PREFEITURAS MUNICIPAIS

Todos os Municípios do Estado se acham sob o regime legal, sendo o Executivo Municipal confiado aos Prefeitos eleitos, na forma da legislação vigente.

CORRIGENDA

A^a pagina 13 onde se lê:

“PINHALÃO —, criado pela lei n.º 137, de 19 de janeiro deste ano, no Município e Comarca de Santo Antonio da Platina;”

leia-se

“PINHALÃO —, no Município e Comarca de Tomazina, criado por lei n.º 48, de 7 de outubro;

JUNDIAÍ —, criado pela lei n.º 137, de 19 de janeiro deste ano, no Município e Comarca de Santo Antonio da Platina;”

A Prefeitura desta Capital, cujo Prefeito é de nomeação do Governo, foi administrado até 14 de junho deste ano, pelo Engenheiro Civil Jorge Lotario Meissner, o qual, a pedido, foi exonerado por Decreto n.º 5109, de 15 daquele mês.

Os serviços prestados pelo ex-Prefeito á cidade, constituem o melhor atestado de sua capacidade administrativa, pautada, além disso, dentro das mais rígidas normas de honestidade.

Atualmente, por força de dispositivo legal, desempenha as funções de Prefeito o Vereador Dr. Aluisio França, Presidente da Camara Municipal, o qual vem prosseguindo, a contento, a administração do seu ilustre antecessor.

DISTRITOS JUDICIARIOS

Existem 155 Distritos Judiciarios, todos instalados e preenchendo os fins a que são destinados, em virtude de lei.

Durante o ano de 1936, deram-se as seguintes alterações:

PRIMEIRO DE MAIO E ALEMÓIA —, criados pela lei n.º 100, de 30 de dezembro, respectivamente nos Municipios de Sertanópolis, Comarca de Jataí, e Siqueira Campos, Comarca de Tomazina;

PINHALÃO —, criado pela lei n.º 137, de 19 de janeiro deste ano, no Municipio e Comarca de Santo Antonio da Platina;

Os Distritos que integram o Municipio de Bocaíuva passaram a ser subordinados á jurisdição da Comarca de Curitiba, nos termos da lei n.º 176, de 15 de março deste ano.

A séde do Distrito de Soares, Municipio e Comarca de São Mateus, foi, em virtude da lei n.º 159, de 1.º de fevereiro do corrente ano, localizada no Quarteirão Soares, do mesmo Distrito.

O Distrito Epitacio Pessôa, no Municipio de Bocaíuva, teve a sua séde transferida para Paranaí, no mesmo Distrito, em face da lei n.º 60, de 20 de outubro.

O Distrito Dr. Coriolano, no Municipio de Santo Antonio da Platina, Comarca do mesmo nome, passou a denominar-se Carvalhopolis, ex-vi da lei n.º 57, de 23 de outubro.

A sede do Distrito de Antonio Olinto, no Municipio e Comarca de Rio Negro, foi transferida para o lugar Divisa, do mesmo Distrito, por força da Lei n.º 108, de 7 de janeiro deste ano.

O Distrito de Rio Azul, sede do Municipio do mesmo nome, ficou subordinado ao Termo Municipal de Rebouças, conforme lei n.º 135, de 19 de janeiro do corrente ano.

A instalação dos Distritos de Pinhalão, Alemôa e Jundiá, se deu respectivamente em 16 e 12 de fevereiro deste ano, e a do Distrito Primeiro de Maio teve lugar a 10 de abril p. passado.

Necessario é salientar que deixou de ser criada a Escrivania no Distrito de Pinhalão, medida essa que se impõe como indispensavel á regularidade dos serviços.

Para a criação de novos Distritos, deveria a lei exigir condições essenciaes, destacando-se dentre elas:

- A) população minima;
- B) renda municipal, anual, minima;
- C) existencia, na sede, de determinado numero de casas habitadas, edificio para escola e terreno para cemiterio.

MUSEU PARANAENSE E BIBLIOTECA PUBLICA

De conformidade com a autorização constante da lei n.º 73, de 14 de dezembro de 1936, foi baixado o Decreto n.º 4893, de 14 de maio deste ano, transferindo, a partir de 1.º de janeiro do mesmo ano, ao Municipio de Curitiba, os serviços concernentes ao Museu Paranaense e á Biblioteca Publica.

Os funcionarios pertencentes a essas Repartições tiveram assegurados os seus direitos, nos termos da legislação em vigor.

DIARIO OFICIAL

O "Diário Oficial" continúa a ser impresso por uma Empresa particular, mediante o pagamento de Rs. 30:000\$000 anuais, conforme contrato existente.

A renda proveniente de publicações feita no órgão oficial, produziu a quantia total de Rs. 64:920\$200, no decorrer do último exercício financeiro.

Tendo sido prevista a renda de Rs. 20:000\$000, houve, portanto, um excesso de Rs. 44:920\$000.

Dessa fôrma, efetuado o pagamento convencionado no contrato, verificou-se um saldo de Rs. 34:920\$200.

FUNCIONALISMO PUBLICO

Sempre mereceu os meus cuidados a classe do funcionalismo publico civil e militar, de cuja lealdade e dedicação tem o meu Governo as mais inequívocas próvas.

Em todos os setôres da administração publica vem êle contribuindo esforçadamente para a grande obra de reerguimento do Estado, em que me acho empenhado e da qual, felizmente, já se vão colhendo satisfatórios resultados.

Amparando as suas justas pretensões e premiando, com justiça, os que se vão destacando pela dedicação e pelo trabalho, tenho procurado estimular o interêsse da classe pela causa comun visando a grandeza e a prosperidade do Paraná.

Na mensagem que dirigí a essa Assembléa, ao instalar-se a segunda sessão ordinaria da primeira legislatura, em 1.º de setembro de 1936, referi-me á necessidade de se aumentar os vencimentos dos servidores do Estado, tendo-se em vista o súbito encarecimento do custo das subsistencias e a exemplo do que se estava fazendo em outros Estados.

Posteriormente, em mensagem especial dirigida a éssa Assembléa, solicitei que fosse estudado o assunto, de módo a atender-se as justas aspirações da classe, dentro das possibilidades orçamentarias do Estado.

E essa Casa, que se manifestou, desde o inicio, favorável á iniciativa do Poder Executivo, concedeu-lhes, afinal, pela lei n.º 139 de 19 de janeiro deste ano, o aumento de 30 e 35% sobre os seus vencimentos mensais, como gratificação a titulo precario.

Para atender ao pagamento d'essa gratificação, acha-se consignada no orçamento do corrente ano a verba de Rs.....
4.000:000\$000.

Já fazendo parte do orçamento do Estado o quantum destinado ao pagamento da gratificação votada por essa Assembléa, seria de justiça que se cogitasse agóra, da possibilidade de incorporar-la aos vencimentos, estabilizando-se assim, a situação do funcionário publico estadual.

ESTATISTICA E PUBLICIDADE

Em obediencia ao que ficou assentado na Convenção Nacional de Estatística, firmada na Capital da Republica, em 11 de agosto do ano findo, por todos os Estados da Federação, inclusive o Paraná foi criado pela Lei n.º 120 de 8 de janeiro do corrente o Departamento de Estatística e Publicidade, instalado efetivamente em meados de março ultimo.

Ao lado do Departamento, como órgão orientador dos serviços de estatística no Estado, funciona, nos termos do Convenio assinado no Rio de Janeiro, a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, presidida pelo Secretário do Interior e Justiça e composta dos funcionarios mais graduados das repartições onde ha serviços estatísticos, além de um representante do Estado Maior da Região com jurisdição militar no Estado.

Com esse mecanismo deu-se inicio aos serviços de estatística no Paraná, centralizando-se e coordenando-se numa disposição sistematica os dados esparsos, recolhidos até então sem unidade de orientação pelas diversas Repartições da administração estadual.

Peças essenciaes do aparelhamento estatístico são as agencias municipais, verdadeiras celulas da organização, cuja atividade é fundamental para o exito de suas realizações. Para sua instalação convocou o Govêrno o Congresso de Prefeitos, que se reuniu nesta Capital de 5 a 8 do mês findo, onde se concertaram medidas tendentes á criação em cada municipio do Estado de uma agencia local, filiada dirétamente á repartição estadual e com es-

ta articulada, numa perfeita unidade de orientação e de métodos para a coleta de dados e organização de quadros, gráficos, desenhos e mapas estatísticos.

O Departamento de Estatística, apesar de estar ainda em organização e na fase incipiente de seus serviços, já tem produzido animadores resultados, estando em dia os quadros da estatística econômica e financeira do Estado, além de outros referentes á população, á divisão judiciaria e administrativa, ao custo médio da vida, á especificação das falencias, concordatas e títulos protestados e aos prontuarios municipais, todos com dados na medida do possível, certos e exatos.

Para o proximo exercicio faz-se mistér um aumento do Departamento, insufficiente com sua actual organização, para atender os multiplos encargos que lhe estão afetos, decorrentes da própria complexidade do trabalho a realizar e dos pesados compromissos assumidos pelo Estado no conclave do Rio de Janeiro.

A perfeição dos serviços estatísticos, aliás, compensará de sobejo a majoração da despesa, pela orientação segura que trará a toda a administração, cuja racionalização e maximo de eficiencia está vinculada cada vez mais á boa organização daquele setor do serviço publico.

POLICIA MILITAR DO ESTADO

Esta tradicional corporação, cujo acervo de serviços prestados á manutenção da ordem publica, quer estadual, quer federal já é inestimavel e cujos fóros de força disciplinada e brava constituem um padrão de orgulho para o Estado, continua, até o presente, sob o provecto Comando do brioso miliciano Tenente Coronel Pedro Scherer Sobrinho, que muito vem se esforçando para manter o bom renome de que goza a sua tropa.

Militarizada desde 1917, em virtude do acôrdo celebrado entre a União e o Estado; é ela actualmente considerada "força auxiliar de 1.ª linha do Exercito nacional". A sua regulamentação assenta na lei federal n.º 192, de 17 de janeiro do ano findo e na lei estadual sob n.º 162, de 29 de outubro do mesmo ano, tendo esta ultima introduzido algumas modificações no Código da Justiça Militar, as quais vêm sendo observadas com reais vantagens.

O efetivo da Polícia Militar foi fixado pela lei n.º 31, de 28 de outubro de 1935, em 58 oficiais e 774 praças, num total de 832 homens existindo ainda 29 oficiais e aspirantes e 50 praças, agregados por excesso, o que desdobra aquele total para o de 911 homens.

A verba votada para ocorrer á despesa foi de Rs.
2.985:900\$000, tendo sido dispendida apenas á quantia de Rs.
2.985:173\$200, donde se conclue que houve um saldo de Rs....
726\$800.

Todos os cargos da administração estão sendo exercidos por oficiais cultos, de immediata confiança do Comandante Geral, correndo os serviços respectivos com toda normalidade.

As oficinas de alfaiataria, marcenaria, selaria, carpintaria, serreria, ferraria, mecânica e tipografia vêm preenchendo as suas finalidades.

A auditoria de Guerra continua sob a jurisdição do magistrado Bel. João Grabski.

Durante o ano de 1936, foram organizados e instalados quatro Conselhos Permanentes de Justiça Militar, que realizaram 25 sessões, tendo sido julgados 13 réos, dos quais 3 por diversos crimes e 10 por crime de deserção.

Por estarem compreendidos no disposto no decreto n.º 3494, de 13 de outubro de 1936, foram indultadas e postas em liberdade, 4 praças.

Instalou-se e funcionou regularmente, no ano supra, apenas um conselho especial de Justiça, tendo sido absolvido o réu que a ele respondeu.

Pelo decreto n.º 1927, de 30 de janeiro, como medida de economia, foi extinto o posto de Tenente Cel. Chefe da Casa Militar do Governo do Estado, cargo esse que passou a ser do posto de major.

Pelo de n.º 2.243, de 20 do mesmo mês, foram extintos também os postos de 2.º Tenente Picador e dito graduado de mestre de musica.

Tendo sido baixado, a 28 de fevereiro o decreto n.º 2.184, foram, por força dele, cassados todos os postos e patentes concedidos a título precário, a elementos das unidades de reserva da Polícia, que atuaram na rebelião paulista de 1932.

Exerce, com brilho, as funções de Instrutor da Corporação o Oficial do Exército Nacional, Capitão Higino de Barros Lemos, que foi posto a disposição do Governo do Estado, por ato do Exmo. Sr. Ministro da Guerra.

Conforme fiz sentir na minha mensagem anterior, impunha-se como medida inadiável, a reconstrução do prédio do Quartel que, por antiquado e devido as suas péssimas acomodações, oferecia até perigo aos aquartelados.

Valendo-me da autorização contida na lei n.º 72, de 26 de novembro do ano findo, que abriu o crédito de Rs. 413:235\$000, para ocorrer ás necessarias despesas com aquelas obras, baixei o decreto n.º 3710 de 2 de dezembro, determinando o imediato inicio das mesmas, as quais vêm sendo executadas mediante contrato, por firma idonea e de renome.

Para suprir, provisoriamente, as faltas decorrentes das demolições que foram feitas, mandei construir, achando-se já em pleno e perfeito funcionamento, um pavilhão adequado, dotado de modelares instalações sanitarias e banheiros para sargentos e praças.

Os serviços da reconstrução geral do prédio do quartel prosseguem ativamente, sob a fiscalização da Secretaria de Obras Publicas.

COMPANHIA DE BOMBEIROS

O Governo, usando da faculdade que lhe conferiu a Lei n.º 73, de 14 de dezembro de 1936, transferiu, por Decreto n.º 2893, de 14 de maio deste ano, a partir de 1.º de janeiro, ao Município de Curitiba, os serviços atinentes á Companhia de Bombeiros, até então mantidos pelo Estado.

A transferencia operada não influirá na eficiencia dos relevantes serviços que, com grande abnegação, sempre foram prestados pela benemerita Companhia de Bombeiros.

JUSTIÇA

Côrte de Apelação

A Egregia Côrte de Apelação do Estado continua a compor-se de 7 Desembargadores, dividida em 2 Camaras e funcionando tambem em Camaras Reunidas.

A presidencia dessa mais alta casa de Justiça do Estado vem sendo exercida ainda pelo eminente paranaense e honrado magistrado Desembargador Clotario de Macedo Portugal, cujos dotes de carater, integridade, saber, energia de atitudes e operosidade, refletem bem a sua personalidade nobre e forte de juiz sereno, o que é uma incontestavel segurança para a perfeita distribuição da Justiça.

Todos os serviços afétos á Côrte e sua Secretaria, bem como aos seus cartorios e serviços anexos, além de outros que dizem respeito aos magistrados e serventuarios de Justiça, são de competencia da mesma Côrte, nos termos constitucinais e vêm sendo cumpridos e atendidos fielmente.

Segundo fiz notar na mensagem passada, o meu Governo continua a alimentar os propositos de construir, logo que as condições financeiras do Estado o permitam, prédio destinado ao Palacio da Justiça, em terreno que, para esse fim, já foi desapropriado, afim de serem devidamente instalados, como se faz mister, todos os serviços atinentes á Justiça na Capital.

Juizes de Direito

Todas as Comarcas do Estado, em numero de 29, acham-se devidamente providas e em pleno e eficiente funcionamento.

Durante o ano ocorreram as seguintes alterações no quadro dos magistrados estaduais:

Por decreto n.º 2037, de 12 de fevereiro, foi removido da Comarca de Jacarézinho, para a de União da Vitoria, o Bacharel Joaquim Meneleu de Almeida Torres.

Para a Comarca de Jacarézinho, por decreto n.º 2063, também de 13 de fevereiro, foi reconduzido o Bacharel Jacinto Anacleto do Nascimento, que se achava em disponibilidade.

Tendo vagado a Comarca da Lapa, em virtude da aposentadoria concedida ao respectivo Juiz, Bacharel Antonio Alves de Souza, por decreto n.º 1978, de 5 de fevereiro, para a mesma foi removido, por decreto n.º 2038, de 12 ainda de fevereiro, o Bacharel Eduardo Xavier da Veiga, que exercia as funções de Juiz de União da Vitória.

Todos os atos supra foram baixados a pedido dos interessados.

Juizes Municipais

O numero de Termos Municipais do Estado, que era de 10, foi acrecido de mais um, o de Rebouças, Municipio do mesmo nome e Comarca de Iratí, que, criado embóra pelo decreto interventorial sob n.º 2197, de 11-10-934, só a 18 de junho do ano de 1936, veio a instalar-se, conforme faz certo o decreto n.º 2867, de 5 daquele mês.

Para ocupar o respectivo cargo de Juiz Municipal, foi removido, do Termo de S. João do Triunfo, por decreto n.º 2873, da mesma data, o Bacharel Francisco de Paula Xavier Filho, tendo sido nomeado, para a vaga deixada por este, o Bacharel Oscar Virmond de Arruda, por decreto n.º 3486, de 10 de outubro.

Tendo vagado o Termo de Araucaria, com a nomeação do respectivo titular, Bacharel Inácio Linhares da Veiga, para Juiz de Direito da Comarca de Fóz do Iguassú, por decreto n.º 2171, de 21 de fevereiro foi removido para aquele cargo, o Termo de Colombo, o Bacharel Newton Ferreira da Costa, sendo nomeado para este, por decreto n.º 2172, da mesma data, o Bacharel Ariel Ferreira do Amaral e Silva.

Ficaram, assim, providos os 11 Termos Municipais do Estado, os quais, na fôrma da legislação vigente, vêm funcionando com toda a regularidade.

MINISTERIO PUBLICO

O Ministerio Publico do Estado, ex-vi da nossa Constituição Política, continua sob a superintendencia da Procuradoria Geral do Estado, processando-se as suas alterações mediante proposta do Sr. Desembargador Procurador.

O quadro atual desses funcionários é de 28 Promotores, correspondentes a cada Comarca do Estado e mais 3 das Varas da Capital e 11 Adjuntos de Promotores, dos respectivos Termos Municipais.

Exerceu durante o ano de 1936 as funções de Procurador Geral o Dr. Omar Gonçalves da Motta que, como nos anos anteriores, desempenhou-se a contento dos arduos mistéres de Chefe do Ministerio Publico.

Por Decreto n.º 5.282 de 2 de agosto do corrente ano foi nomeado para substituí-lo o Bel. Manoel de Lacerda Pinto, que exerce no momento aquelas funções.

SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA

Não tem havido solução de continuidade quanto aos Offícios e Serventias de Justiça do Estado, cujo funcionamento se processa normalmente.

Os atos baixados pelo Governo em relação a esses serviços e respectivos titulares, o foram todos de acôrdo com os princípios estabelecidos nas leis que regulam a materia.

CONSELHO PENITENCIARIO

Esta Egregia instituição, cujos alevantados serviços á causa da Justiça criminal são bem uma conquista na esfera do direito penal, vem dando cabal desempenho ás suas atribuições, sob a orientação do seu digno presidente, Desembargador Artur da Silva Leme.

Constituido de bachareis, medicos e funcionarios do Estado, satisfaz ele, plenamente, os altruisticos fins a que se destina e vêm

demonstrando, de maneira inequívoca, o patriotismo e a abnegação de seus ilustres membros.

POLICIA CIVIL

Por decreto n.º 2.690, de 10 de maio de 1936, foi exonerado, a pedido, do cargo de Chefe de Policia, o Dr. José Merhy, sendo nomeado, pelo mesmo decreto, o Cap. José Schleder, da Policia Militar do Estado, para, interinamente, substitui-lo nas mesmas funções.

Atualmente o referido cargo é ocupado pelo Dr. Roberto Barrozo, nomeado por decreto n.º 3.462, de 2 de outubro de 1936, decreto este que dispensou o Cap. José Schleder da interinidade que vinha exercendo.

A Policia Civil continua a prestar ao Paraná, os mais assinalados serviços na repressão dos crimes, na conservação da ordem e na defesa das instituições.

Todas as suas dependencias funcionaram regularmente e o movimento geral das Delegacias desta Capital e do Interior, do Gabinete Medico Legal e do Instituto de Identificação, apresentam maior volume de trabalho, pelas atividades que foram acionadas e pelo crescente progresso do nosso Estado.

A Chefatura de Policia encaminhou ás autoridades judiciasrias competentes 1.609 inqueritos e a receita eventual de seus Departamentos foi a seguinte:

Selos de requerimentos	3:868\$000
Selos de documentos apensos a requerimentos	5:401\$000
Alvarás para bailes	1:590\$000
Alvarás de soltura (Capital)	1:310\$000
Alvarás de soltura (Interior)	6:120\$000
TOTAL.....	<hr/> 18:289\$000

CONGRESSO DOS SECRETARIOS DE SEGURANÇA PUBLICA E CHEFES DE POLICIA

Em outubro do ano passado, reuniu-se no Rio de Janeiro, convocado pelo então Ministro da Justiça, Dr. Vicente Ráo, o Congresso dos Secretarios de Segurança Publica e Chefes de Policia.

O Paraná esteve representado pelo seu Chefe de Policia, Dr. Roberto Barrozo que, em nome do nosso Estado, subscreveu o convenio onde se assentaram diversas normas de ação e de colaboração inter-estadoal, para maior eficiencia dos serviços policiais.

Segundo os recursos permitirem, tratará o Governo de ampliar a execução das medidas aí aconselhadas.

O principal objetivo dessa memoravel reunião consistiu na uniformização e racionalização em toda a federação, dos meios para defesa dos poderes constituídos e do proprio regimen contra as expansões extremistas, notadamente do comunismo.

Apreciada com exatidão a situação nacional, compreendeu-se o grave momento que atravessamos antes e depois das insurreições armadas de 27 de novembro de 1935, em Natal, no Recife e na Capital da Republica.

Pelos relatorios escritos que foram apresentados, pelas exposições verbais que foram feitas, compenetraram-se todos da necessidade de uma ação energica e conjunta, destinada a manter severa e permanente vigilancia em todo o territorio, na prevenção e anulação dos infiltramentos subversivos que, cada vez mais, promovem a intranquilidade da Nação.

Infelizmente tiveram os congressistas de reconhecer, diante das informações providas dos Excelentissimos Senhores Drs. Presidente da Republica e Ministro da Justiça, do Capitão Chefe de Policia do Distrito Federal e das organizações especializadas de Ordem Politica e Social, que embora debelado o movimento armado e presos os seus principais dirigentes o perigo permanece latente, alimentado por celulas espalhadas pelo país num perfeito serviço de ligação, de controle, de espionagem e de mistificação.

Sómente esta circunstancia assínala a delicadeza do ambiente social e a urgencia de providencias capazes de assegurar a ordem publica e as instituições vigentes.

SUBLEVAÇÃO DE 1935

Ao estalar o levante de novembro de 1935, com os seus lutosos e lamentaveis acontecimentos, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, entrou a Policia Civil do Paraná numa fase febril de trabalhos infatigaveis e de esforços denodados.

CREDITOS SUPLEMENTARES

Para atender á anormalidade da situação abriu o Governo do Estado, pelo Decreto n.º 1781, de 31 de dezembro de 1935 o credito suplementar de 63:100\$000, destinado ás despesas de emergencia com o combate ao extremismo.

Esse mesmo credito foi acrescido pelos decretos nrs. 2974 e 3827, de 1.º de julho de 1936 e 15 de janeiro de 1937, das importancias de 50:000\$000 e 30:000\$000, respectivamente, e, por officio n.º 3613 de 11 de junho corrente, foi solicitado pela Chefatura de Policia novo reforço no valor de 64:000\$000.

Munida assim a Policia Civil de maiores elementos de ação, poudes melhor atingir a sua finalidade, na defesa das instituições vigentes e da autoridade constituida.

Os inqueritos instaurados sobre fatos atinentes á ordem politica e social foram remetidos á Justiça Federal e, posteriormente, ao Tribunal de Segurança Nacional, instalado na Capital da Republica.

ASSISTENCIA AOS PRESOS POLITICOS

Sem diminuir a extensão da severidade das providencias acauteladoras da lei e do regime, não desfalecendo nas deliberações energicas que se tornavam necessarias, prendendo aqueles sobre os quais, por qualquer modo, convergiam a vigilancia e a suspeita da Policia, aos detidos politicos e a suas familias foi prestada ampla assistencia por parte do Governo do Estado e da Chefia de Policia.

DELEGACIA AUXILIAR

Da remodelação procedida nas Delegacias especializadas da Capital, formou-se a Delegacia Auxiliar, com atribuições próprias e definidas.

Até então essa Delegacia só existia quanto á denominação, agregada a outra, sem finalidades que a tornassem um aparelho util de cooperação com a Chefia e de continuidade tecnica e policial.

Deu-se-lhe, agora, o carater conveniente, de orgão informativo e intermediario entre a Chefia de Policia e toda a rêde administrativa numa segurança de continuidade, de rapidez e de ordem.

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

Refundidas as Delegacias da Capital criou-se a Delegacia de Ordem Política e Social, de acôrdo com a sugestão aprovada pelo Congresso dos Secretarios de Segurança e Chefes de Policia.

Temos, portanto, um novo maquinismo policial inteira e exclusivamente dedicado aos crimes politicos e á defesa da ordem social e das instituições.

DELEGACIA DE SEGURANÇA PESSOAL

Tomou esta denominação a antiga Delegacia de Segurança Publica, ficando-lhe afetas as atribuições da extinta Delegacia de Costumes.

DELEGACIA DE VIGILANCIA E INVESTIGAÇÕES

É esta a mais trabalhosa das Delegacias e relevantes serviços vem prestando á população na descoberta de crimes e prisão dos culpados.

Estuda-se presentemente a sua transferencia para local mais amplo e apropriado.

DELEGACIA DE POLICIA MARITIMA

A medida que os nossos portos sentem a intensificação do seu movimento, mais se acentúa a importancia dessa Delegacia.

É pensamento do Governo, mudar a sua séde para as proximidades do cães do Porto para maior facilidade do serviço, do commercio e dos passageiros.

SUB-DELEGACIAS

Estão funcionando as do Portão e Bacacherí.

Cogita-se criar mais uma, a do Batél, que compensará a Delegacia do 2.º distrito, que será suprimida.

INSPETORIA DE VEÍCULOS

A fiscalização de estradas e veículos que estava restrita á Capital, estende-se hoje a todo o Estado, tendo sido assim dilatada a jurisdição da Inspetoria de Veículos.

Projeta-se a sua transformação em Delegacia de Transito e Accidentes.

PENITENCIARIA

No desempenho da sua finalidade social de segregação dos elementos proclamados culpados, por infração da lei penal, a Penitenciaria do Estado, vem prestando relevantes serviços.

Ao mesmo tempo que ali se faz observar os rigores do regulamento interno proporciona-se aos presidiarios a assistencia necessaria ás condições normais da vida de cada um.

O Governo confiou ao eminente Sr. Desembargador Hugo Gutierrez Simas o esboço das modificações que se tornem adatteis á Penitenciaria de acôrdo com os novos principios dos regimenes penais modernos.

DETENÇÃO

Anexa á Penitenciaria, a Casa de Detenção agasalha os réus pronunciados que aguardam julgamento, compreendendo a ala esquerda daquele presidio.

Dado o numero crecente da entrada de criminosos na Penitenciaria, consecuencia natural da maior expansao das atividades humanas no territorio do Estado, em breve tera o Governo de instalar, separadamente, esse estabelecimento de reclusao.

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

Bem instalado e com sensiveis melhoras seu aparelhamento e do seu servico, o Instituto de Identificacao honra o nosso Estado, pelo carinho com que e dirigido, pela notavel seguranga de seu trabalho e pela perfeita execucao do quanto lhe esta afeto.

Instalado condignamente, o Gabinete Medico Legal, bem corresponde aos fins para os quais e mantido. Os legistas da Policia Civil continuam a prestar bons servicos a causa da repressao da criminalidade com o rigor e a exatidao de suas pericias e exames.

POLICIA TECNICA

Tem participado na constatacao dos crimes e na verificacao dos fatos de natureza delituosa, os elementos de que dispoe a Policia Tecnica.

Exames varios, por ela apreciados, trouxeram conclusoes exatas que muito concorreram para a apreciacao e completa elucidacao dos casos a que se referiam.

ESCOLA DE PESCADORES ANTONIO SERAFIM LOPES

Em novembro do ano passado foi inaugurada a Escola de Pescadores Antonio Serafim Lopes, de finalidade correccional e construida na ilha das Cobras, na baia de Paranaguá.

A. construcao foi iniciada em 1935 e terminada em 1936.

Tem capacidade para 100 alunos e esta dotada de todas as instalacoes necessarias a satisfacao de seus objetivos.

Possue diretor sob cuja orientacao ministra-se ensino regular aos menores que ali se acham recolhidos.

Ha, nesse empreendimento, a satisfação de mais um dos compromissos do meu Governo: o de trabalhar pelo Paraná, cuidando da sua infancia e de sua juventude.

Ali, no panorâma luminoso das aguas da vasta baía de Paranaguá, frente á barra, ao contacto da natureza, dos ventos mais puros e das areias mais limpidas, muitas crianças, afastadas das cidades, onde os primeiros passos mal orientados e as más companhias lhes ensinaram o abecedario do crime, recebem educação, instrução, ensinamentos morais e civicos, lições de trabalho e de pesca, num largo robustecimento fisico, para se converterem em cidadãos uteis á Patria, á familia e aos seus semelhantes.

É a obra de prevenção, de preservação e de regeneração que tanto me tem preocupado na administração do Estado.

A denominação de "Antonio Serafim Lopes", dada á Escola, representa a homenagem prestada á memoria do mais antigo e estimado dos pescadores do litoral, o "Barra Velha" que, durante toda a sua vida, viveu no mar, do mar e para mar, sulcando-o com a sua fragil canôa com a qual, chefiou o raide de canoeiros que em setembro de 1922, pelo centenario da nossa Independencia, levou as saudações do Paraná á capital da Republica.

EDUCAÇÃO

O nivel educativo paranaense, mercê do entusiasmo e do idealismo dos professores conterraneos, aliados ás medidas postas em pratica pela Diretoria Geral de Educação, apresenta, dia á dia, sensível melhora em seu coëficiente de produção e em seu aspecto cultural e técnico. Tem sido notavel a intensificação de atividades em todos os setôres do magisterio. Sob a esforçada orientação do Bacharel Gaspar Duarte Veloso, a quem muito já deve no Paraná a causa do ensino, prossegue, sem desfalecimentos, o trabalho de aperfeiçoamento da técnica escolar, e da ampliação e ininterrupto aperfeiçoamento do trabalho educativo no Estado.

Entre os aspectos fundamentais da reconstrução que está sendo feita destacam-se: a reforma dos métodos e processos do ensino, a elaboração do Código de Educação, ora em andamen-

to no Legislativo Estadual, a racionalização administrativa, a difusão das novas doutrinas pedagógicas no seio do magistério, a série de modernas experiências levadas a efeito em várias instituições de ensino público, a criação de novos serviços, etc.

Certos problemas inadiáveis já foram atacados e solucionados. Entre eles apontam-se: a experimentação de programas mínimos, elaborados segundo as lições da psicologia diferencial e experimental, dos níveis de aproveitamento e escolaridade e da melhor adaptação do conhecimento às tendências e instintos da criança; a aplicação de métodos atuais de ensino, criados pelos mais altos expoentes da ciência educacional da atualidade, como Decroly, Montessori, Dervey, Ferrière, Kirchensteiner, Kilpatrick e os brasileiros Isaias Alves, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, cujos métodos, divulgados em larga escala, sofreram a necessária adaptação ao meio ambiente e às possibilidades culturais do magistério; a liberdade didática que se concedeu ao professorado o que lhe permitiu a reforma da técnica do ensino, enquadrando-a nas exigências dos métodos de mais comprovada eficiência, tais como: método de projetos, centros de interesse, jogos educativos, "Systhema Platoon", em experiência no Grupo Escolar D. Pedro II da Capital do Estado e outros recursos educativos de notável alcance; as medidas observadas no desenvolvimento das lições a serem transmitidas e a consequente flexibilidade nos horários e programas mínimos; a introdução do sistema rotativo semanal das lições; a adoção de exames praticos bimensais, como medida de capacidade e de aproveitamento didático; a intensificação do trabalho associativo nas escolas com a criação de novas instituições sociais, visando o integral desenvolvimento da criança sob o aspecto de trabalho coletivo e assegurando seu maior contacto com a vida escolar; a criação de Cooperativas Escolares, em substituição às Caixas Escolares; a organização do serviço médico escolar, já instalado, e para o qual foram nomeados 4 médicos; a instalação do serviço dentário, nomeando-se de preferencia professores normalistas que possuem o curso de odontologia, critério seguido nas nomeações deste ano, devendo-se notar que tal serviço tem absoluta necessidade de ser aumentado; a ampliação do plano de educação física, abrangendo medidas tomadas em cooperação com as municipa-

lidades, mormente na criação de parques infantis, entre os quais se podem citar os de Morretes, Paranaguá, Campo Largo, Cambará, Rio Negro e Santo Antonio da Platina, estando em vias de se instalarem definitivamente vários outros, como os de Curitiba, Jacarézinho, Antonina, Palmeira e Tibagi; a realização de um curso de emergência de educação física, efetivado no período de férias, e no qual foram diplomados professores e alunos da Escola Normal; a introdução de meios educativos, através do correio escolar, excursões, passeios a lugares pitorescos, intercâmbio entre alunos de diferentes regiões, correspondência com outros estados do Brasil e com a Argentina, relatos, coleções, museus, herbários, documentação colhida em revistas, livros albuns fotográficos, etc.; a execução de programas sobre festividades escolares de caráter cívico e artístico, incluindo-se audições regulares em nossa estação radio-difusora e festividades beneficentes; a concentração dos trabalhos didáticos em uma exposição escolar objetivada pela 1.ª Delegacia e que girou em torno de um tema central: vias de comunicação e meios de transporte; a criação de novas bibliotecas infantis e o melhoramento das antigas; o progressivo aumento do nível de eficiência das escolas; as medidas relativas á elevação de matrícula, assiduidade e frequência dos alunos; aperfeiçoamento dos refeitórios escolares; a modernização do plano de construções escolares, com a adoção de novas plantas, confeccionadas segundo as exigências mais rigorosas da pedagogia, da arquitetura e da higiene modernas, trazidas de São Paulo e Rio de Janeiro e adaptadas ás condições gerais de nosso ambiente; a construção de novos grupos escolares, como os de Londrina, Pinhalão, Clevelandia, Ponta Grossa, etc.; a reconstrução do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, da Capital; a construção dos Grupos de Iratí e Rio Negro, segundo os requisitos mais modernos; a transformação dos cursos gerais das Escolas Normais do Estado em cursos ginásiais, equiparados ao Colégio Pedro II, da Capital Federal, medida de grande alcance para a carreira do magistério; e, finalmente, a confecção do Código de Educação, que se inspirou nas mais prementes necessidades culturais, técnicas e administrativas de nosso aparelho educacional.

SEMANA DA EDUCAÇÃO

Transcorreu com grande brilhantismo a comemoração da Semana de Educação, sob o patrocínio da Diretoria Geral.

Do programa, destacaram-se as provas de educação física entre os grupos escolares da Capital e Escolas Normais do Estado.

Numerosos alunos do interior foram transportados para a Capital, afim de participarem do notavel certame.

Nessa ocasião, abriram-se os amplos salões da Exposição Escolar, organizada sob orientação da 1.^a Delegacia com a coadjuvação das escolas de Curitiba, das Escolas Normais e grupos escolares de Ponta-Grossa e Paranaguá. Os trabalhos ali expostos, enquadrados num projeto central, provaram a eficiência da escola paranaense e o nobre esforço da classe abnegada dos professores primários.

Com os demais números do magnífico programa elaborado, a Semana de Educação de 1.936 constituiu-se num marco brilhante de mais uma realização notavel na instrução pública do Estado.

CÓDIGO DE EDUCAÇÃO

Foi apresentado á Assembléa Legislativa no decorrer de sua última sessão o novo Código de Educação, medida de alto alcance para alicerçar as bases da reforma que o aparelho escolar vem sofrendo e que é um imperativo aos destinos da nobre causa da educação das gerações novas.

ESCOLAS NORMAIS

Os cursos geraes dêses educandários foram substituídos pelos cursos ginasiaes, regulamentados pelo Govêrno Federal, urgindo, por isso, a remodelação do curso de especialização pedagógica, com a criação das Escolas de Professores, como propõe o novo Código de Educação para o aperfeiçoamento técnico-cultural do magistério, base fundamental da obra educativa de um povo:

COOPERATIVAS ESCOLARES

As Caixas Escolares dos diversos estabelecimentos de ensino foram transformadas em instituições de base cooperativista, a forma mais prática e racional para estabilização econômica dessa importante organização educativa.

Vinculada ao programa de ação da Inspeção de Associações Escolares, a reforma já em 1936 produziu fecundos resultados.

Há 54 cooperativas nos diversos grupos escolares que, naquele ano, produziram o seguinte movimento financeiro:

RECEITA:	136:958\$000
DESPESA:	105:901\$335
Saldo para 1937:	31:056\$665

Constaram das despesas o fornecimento aos alunos de material didático, assistência médico-dentária, assistência alimentar, vestuário, farmácia, etc., tudo de acordo com as condições econômicas de cada instituição.

ENSINO UNIVERSITÁRIO

O Governo continua a auxiliar aos estabelecimentos universitários, concedendo subvenções às Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito e ao Instituto de Química Industrial. Seria de bom alvitre que estas subvenções fossem aumentadas o mais possível, contribuindo assim o Governo para acelerar a marcha de progresso dos cursos superiores do Paraná, que, além de tudo, constituem elemento da mais intensa propaganda do nosso Estado, atraindo a mocidade estudiosa dos mais variados recantos da União.

FISCALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO DO ENSINO

As escolas primárias e secundárias têm 4 Delegacias do Ensino como órgãos principais do serviço de inspeção e orientação, com Inspeções Municipais que começam a produzir bons resultados.

É indispensável a criação de mais duas Delegacias para que sejam atendidas eficientemente tôdas as regiões do Estado.

ESTATÍSTICA ESCOLAR

Este serviço melhorou sensivelmente. O novo sistema, introduzido pelo Serviço de Racionalização, veio auxiliar este Departamento que recebe dados mais completos e com notável pontualidade, dando margem a que mensalmente a Diretoria Geral tenha o movimento geral das escolas do Estado. Dessa maneira é possível remeter o trabalho de estatística ao Ministério de Educação, dentro do prazo estipulado pelo Convênio firmado entre a União e o Estado.

ORÇAMENTO GERAL

O orçamento de 1.935 para os serviços de educação consignou a verba de 5.896:416\$250 e o de 1.936 acusa a importância de 6.983:880\$000 e o de 1.937 a de 7.520:180\$000, existindo imperiosa necessidade do aumento de certas rubricas para a vigência de 1.938, afim de serem atendidas as exigências da instrução pública no que concerne ao serviço de inspeção, á distribuição de material e instalação de novos grupos escolares.

ALMOXARIFADO

Este Departamento também sofreu reforma e hoje melhor corresponde aos interesses do ensino. No ano de 1.936 dispendeu a importância de 354:507\$444, com o fornecimento de material e mobiliário escolares.

ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

O numero de estabelecimentos escolares em 1936 foi o seguinte, em comparação ao de 1935:

	Em 1.935	Em 1.936
Grupos Escolares	49	54
Escolas isoladas Estaduais ...	897	1.065
Escolas isoladas Municipais ..	62	39
Escolas Particulares	86	126

ENSINO COMPLEMENTAR PRIMÁRIO

Escolas:		
Estaduais	22	28
Particulares	19	16

ENSINO COMPLEMENTAR NORMAL

Escolas estaduais:		
Jacarézinho e Guarapuava ...	2	2

ENSINO INFANTIL

Jardins:		
Estaduais	14	18
Particulares	15	15

ENSINO NORMAL

Escolas estaduais	3	3
-------------------------	---	---

ENSINO MATERNAL

Escola de Curitiba	1	1
--------------------------	---	---

ENSINO SUPLETIVO

Estaduais	28	41
Municipais	3	1
Particulares		2

ENSINO GINASIAL

Ginásios do Estado	2	2
--------------------------	---	---

INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO ESTADO EM 1936

Crece, de modo extraordinário, o movimento associativo escolar no Estado, sob a orientação direta da D. G. E. No ano de 1936 era o seguinte o numero dessas instituições:

Clubes de leitura	8
Auditórios	1
Pelotões de saúde	53

Organizações de escotismo escolar	5
Clubes desportivos	17
Ligas de bondade	13
Clubes agrícolas	12
Associações de pais e professores	3
Associações literárias	34
Associações recreativas	2
Associações culturais	12
Orfeões escolares	13
Conselhos escolares	5
Caixas escolares	69
	<hr/>
Total	247

BIBLIOTECAS E MUSEUS

O quadro abaixo assinala o numero de bibliotecas e museus escolares existentes nas escolas estadoais em 1936:

BIBLIOTECAS

Instaladas nas escolas estadoais	70
Instaladas nas escolas municipais	—
Instaladas nas escolas particulares	71
	<hr/>
Total	141

MUSEUS E LABORATÓRIOS

Instalados nas escolas estadoais	8
Instalados nas escolas municipais	—
Instalados nas escolas particulares	12
	<hr/>
Total	20

PROFESSORADO

O numero de professores existentes no Estado em 1936, elevou-se a 2.314, quinze mais que no ano anterior, assim discriminados:

	Em 1.935	Em 1.936
Estaduais	1.743	1.825
Municipais	66	39
Subvencionados	120	120
Particulares	370	330

ESTATÍSTICA ESCOLAR

Os quadros abaixo esclarecem o quadro da instrução pública no Estado, durante o ano de 1936:

CLASSES

	Em 1.935	Em 1.936
Estaduais	2.847	2.847
Municipais	123	82
Subvencionados	120	120
Particulares	424	400

MATRÍCULA GERAL

Matrícula	75.167	83.632
Frequência	46.875	50.663
Conclusões de curso	4.474	4.814

GINÁSIOS

Matrícula	823	1.321
Frequência	685	888
Conclusões de curso	109	133

ESCOLAS NORMAIS

Matrícula	858	967
Frequência	782	869
Conclusões de curso	119	108

ENSINO ESTADUAL

Matrícula:		
no Curso Fundamental	61.994	70.185
no Curso Secundario	1.681	2.288

Frequência:		
no Curso Fundamental	37.621	41.685
no Curso Secundário	1.467	1.757

Conclusões de cursos:		
	Em 1.935	Em 1.936
Fundamental	3.408	4.814
Secundário	228	241

ESCOLA SUPERIOR DE VETERINÁRIA

Matrícula	24
Frequência	17
Conclusão de curso	3

ESCOLA AGRONÓMICA

Matrícula	39
Frequência	31
Conclusão de curso	7

Confrontando-se os dados acima verifica-se o progresso intensivo da educação popular, manifestado na linguagem lógica dos números.

Para exemplo veja-se: A matrícula do ensino estadual em 1.935 era de 63.675 e a de 1.936, até dezembro, passou a ser 72.473, havendo portanto um aumento de 8.798 alunos. A matrícula geral atingiu em 1.935 a 75.167 e a de 1.936 a 83.632, com aumento de 8.465 alunos.

Em 1.935 havia 49 grupos escolares e 897 escolas isoladas e em 1.936 vê-se que êsses números subiram para 54 e 1.065, com o acrescimo de 5 grupos escolares e 168 escolas isoladas. Em 1.935 o Estado contava com 1.743 professores e em 1.936 com 1.825, com a diferença de 82 professores a mais.

Assim ocorre com demais dados que comprovam a eficiência do ensino e o seu desenvolvimento progressivo.

No presente ano continua o trabalho em prol da intensificação do ensino em suas diversas modalidades e nos mais afastados recantos do Estado.

ASSISTENCIA SOCIAL

Continua o Governo a dispensar a atenção devida aos estabelecimentos de assistência social que, na medida de sua capacidade, continuam prestando relevantes serviços concernentes ao amparo da velhice e da infancia abandonada e á reforma e regeneração dos menores perversos e delinquentes.

Os quadros que se seguem traduzem em seus números o movimento dos estabelecimentos de assistência, a cargo do Estado, e dão uma idéa da eficiencia do seu regular funcionamento:

ASILO SÃO VICENTE DE PAULA

Secção de indigentes

Existentes em 1° de janeiro:	Homens	52	Mulheres	34	Total	86
Entraram durante o ano	"	24	"	14	"	38
Saíram durante o ano	"	15	"	5	"	20
Faleceram durante o ano	"	17	"	11	"	28
Existiam em 31 de dezembro	"	44	"	32	"	76

Secção de dementes

Existentes em 1° de janeiro:	Homens	22	Mulheres	20	Total	42
Entraram durante o ano	"	6	"	5	"	11
Saíram durante o ano	"	0	"	0	"	0
Faleceram durante o ano	"	0	"	0	"	0
Existentes em 31 de dezembro	"	28	"	25	"	53

ESCOLA DE REFORMA

Secção feminina

Existentes em 1.º de janeiro	37
Entraram durante o ano	41
Sairam	32
Existentes em 31 de dezembro	46

ESCOLA DE PRESERVAÇÃO

(Secção feminina)

Existiam em 1.º de janeiro	127
Entraram	109
Sairam	117
Existentes em 31 de dezembro	119

A assistência a menores abandonados e delinquentes do sexo masculino processa-se hoje de forma mais racional e eficiente que antes, através da Escola de Operários Rurais “Carlos Cavalcanti” da Escola de Pescadores “Antonio Serafim Lopes” e da Escola de Reforma do Canguiri, estabelecimentos que são algo mais que simples asilos de recolhimento, pois constituem educandários completos, onde a instrução tecnico-profissional prepara homens aptos para a vida em sociedade.

SAUDE PUBLICA

Nestes ultimos anos, em paralelo com a melhoria das condições financeiras do Estado, progrediram as dotações orçamentarias para os serviços de Saude Publica, de modo que, em 1936, estas se elevaram a 1.225:600\$000 contra 1.165:720\$000 orçados para 1935. A distribuição daquela verba de maneira a atender as estritas necessidades de cada um dos serviços se não proporcionou margem para grandes realizações, permitiu todavia a eficiencia dos mesmos.

Mesmo dentro da dotação precitada muito mais se poderia ter realizado se não fosse o grande dispendio imposto pelo impres-

cindível e inadiável serviço da lepra. Esse problema sanitario nacional absorveu cerca de 38% da verba total isto é, 452:700\$000.

Essas considerações bem dizem da necessidade de um aumento da verba atual de maneira a que no proximo exercicio se concretizem pelo menos alguns serviços cujo funcionamento se torna cada vez mais indispensavel. Até dezembro de 1936 a organização da Saude Publica compreendia a Diretoria Geral com a sua Secretaria, a Inspetoria Geral abrangendo os diferentes serviços de fiscalização e tendo anexas as Sub-Inspetorias de Farmácia, de Odontologia e de Veterinária; o Gabinete Radiologico e Dispensario Anti-tuberculoso; o Laboratório de Bromatologia e Analises Quimicas e o de Bacteriologia e Pesquisas Clinicas; o Instituto Pasteur, o Hospital de Isolamento e Desinfetorio Central; o Leprosario S. Roque e o Sanatorio S. Sebastião; as Sub-Inspetorias de Profilaxia de Paranaguá, Antonina e Fóz do Iguaçu e o Asilo S. Vicente de Paulo.

Mais uma vez foi deliberado transferir-se para a Prefeitura o serviço de Saúde Publica do Municipio da Capital, o que se efetivou pelo acôrdo lavrado em janeiro de 1936.

Foram transferidos com esse serviço um Sub-Inspetor Médico, um Guarda Sanitario de primeira classe, três Guardas Sanitarios Montados e cinco Guardas Sanitarios.

A Higiene Municipal que recebeu o nome de Serviço Sanitario Municipal ficou com as seguintes atribuições no Municipio de Curitiba constantes do atual regulamento da Saúde Publica Estadual: higiene das habitações em geral e dos estabelecimentos industriais e comerciais.

Os serviços de Saúde Publica do Estado continuam entregues á esclarecida direção do Dr. Eduardo Virmond de Lima, que, como nos anos anteriores tem sido de inexcedível dedicação no importante ramo administrativo que superintende.

PROFILAXIA

Foram realizados os serviços de profilaxia da tuberculose, da lepra e das enedemias rurais, entre as quais a fêbre amarela

silvestre de que foram assinalados alguns casos felizmente em poucos setores do Estado.

TUBERCULOSE

A peste branca, se bem que não seja o unico flagelo da humanidade é entre as endemias mundiais uma das que constituem alta preocupações das organizações sanitarias de todos os países civilizados, deixando de ser considerada como um assunto puramente sanitario para se tornar um problema médico-social, tendo como corolario a formação de um sistema complexo de defesa coletiva, cujos pontos invariaveis e universalmente aceitos são: o Sanatorio, o Preventorio, o Hospital para internar os doentes graves, o Dispensario, o Serviço de Propaganda e Educação Sanitaria e as organizações particulares. Desses elementos o Paraná já possui: O Sanatorio atualmente arrendado, devendo passar á immediata direção e controle da Saúde Publica; o Preventorio e o Hospital cuja construção, deste na Capital ao lado do Hospital Oswaldo Cruz e'daquelle no Municipio de Castro, já está em vias de conclusão, o ultimo, como recurso de emergencia substituido pelas Enfermarias de Transito no Hospital Oswaldo Cruz; o Dispensario, fundado em 1934, hoje melhorado e ampliado, dispondo de um tisiologo, no momento contratado; e enfim o serviço de propaganda e educação que embora em parte deva ser filiado ao departamento da tuberculose na parte especial, ficará melhor com a formação de um serviço á parte com atribuições mais gerais, tal como se cogita fazer no proximo exercicio financeiro.

Durante 1936 esteve o serviço de propaganda a cargo da Inspecção Geral de Saúde Publica que, por meio das palestras proferidas na estação local de radio, de artigos em jornais e revistas, bem como, de cartazes e conselhos verbais das enfermeiras visitadoras do Dispensario Anti-tuberculoso, procurou difundir ensinamentos práticos sobre diversos assuntos, inclusive a tuberculose. Divulgando e argumentando com dados estatisticos a letalidade pela tuberculose, fez-se conhecer ao povo que o numero de obitos atingio a 116 na Capital, ponto de convergencia dos doentes que ocorrem de todo o Estado á cata de recursos especiais.

LEPRA

O Leprosario S. Roque, em Deodoro, teve as suas dependências ampliadas, visto como o Estado com o auxílio da União construiu pavilhões modernos, um para a administração, um para a policlínica e três do tipo Carville, com capacidade para abrigar 108 doentes, introduzindo assim melhoramentos importantes que muito contribuirão para maior eficiência do serviço de profilaxia do mal de Hansen.

No ultimo heptenio foi em 1936 que houve maior numero de doentes matriculados (76), de modo que em 31 de dezembro ultimo existiam naquele estabelecimento 351 doentes. O Governo não tem poupado esforços para amenizar as agruras do duplo sofrimento moral e físico daqueles infelizes, proporcionando-lhes divertimentos e tratamento médico-cirurgico especial.

Com o alto objetivo de intensificar a campanha anti-leprotica cogita-se da criação de uma Inspeção com profissionais em numero suficiente para que o censo e outras medidas especiais se tornem uma realidade.

FEBRE AMARELA SILVESTRE

O Serviço Federal de Febre Amarela, que já vinha fazendo investigações em varios Estados sobre essa modalidade ou novo aspecto epidemiológico da molestia, instalou-se no Paraná no começo do ano, tendo o Governo cedido para sua sede as amplas dependências do pavilhão de entrada do Hospital Oswaldo Cruz. Se bem que as pesquisas visassem preferencialmente o interior do Estado, esta Capital, como as cidades litorneas de Paranaguá e Antonina, também foram centros para os quais convergiram as atenções e investigações epidemiológicas. No primeiro trimestre de 1936, informes prestados pelos Delegados de Higiene indicaram o aparecimento de molestia virulenta e contagiante no sub-ramal de Barra Bonita, Rio do Peixe, imediações de Jaguariaíva, de Joaquim Murinho, de Jacarézinho e de Londrina. Os médicos designados, em trabalho harmonico com o Serviço Federal que diagnosticara alguns casos de febre amarela silvestre não só pelo exame anatomo patológico, como

pela prova sorológica, montaram hospitais de emergência por conta do Estado afim de tratar os doentes. As medidas tomadas permitem prever em lapso de tempo relativamente curto o completo desaparecimento do mal.

Tambem nas margens da rodovia que conduz a S. Paulo perto de Capéla da Ribeira, bem como em Epitacio Pessoa, apareceram casos suspeitos, porém os médicos destacados para a dita região não encontraram doentes com sintomatologia, mesmo frusta, que se aproximasse da que caracteriza a molestia.

Felizmente o surto ficou reduzido aos casos assinalados no primeiro semestre não mais se registrando casos novos até o fim do ano.

ENDEMIAS RURAIS

O paludismo sobretudo no litoral ainda continua sem elevação apreciavel do indice letal, nem recrudescencia, tendo sido feita de preferencia a profilaxia pela quimica e outras formulas padronizadas no nosso serviço.

As verminoses tambem mereceram especial atenção dos médicos encarregados dos serviços. Aplicaram-se cerca de 31.800 medicações a 4.777 doentes nas Sub-Inspetorias de Paranaguá, Antonina e Fóz do Iguaçu.

MOLESTIAS VENEREAS

Havendo necessidade de reinstituir o serviço anti-venereo mandou o Govêrno inicia-lo em novembro, com os proprios recursos da Saúde Publica; apesar de sua modesta instalação em 2 meses realizou 259 consultas acompanhadas de elevado numero de tratamentos, injeções e intervenções cirurgicas. A sua execução ficou a cargo da Inspetoria Geral, funcionando ao lado do Hospital Oswaldo Cruz.

Com a recente autôrização legislativa em face de mensagem especial do Govêrno, está este com poderes para ainda no corrente ano, dar uma organização definitiva e mais eficiente a essa assistencia que vem beneficiar sobremaneira as classes pobres, maximé o operariado da Capital.

Mas não basta que seja a nossa Capital a unica beneficiada nesse sentido, pois outros centros como Ponta-Grossa, Parana-guá, Antonina etc. tambem necessitam dos mesmos recursos, o que se conseguirá com a fundação desse serviço em varias cidades paranaenses. Isso não será difícil pois já existindo a Profilaxia Rural, os seus funcionarios poderão ficar incumbidos dessa parte complementar, de grandes resultados práticos, apenas tornando-se necessaria a verba para material e medicamentos.

ESTADO SANITARIO

Apesar das considerações feitas anteriormente quanto á existencia de algumas entidades morbidas, podem-se considerar boas as condições sanitarias gerais. Na Capital e em outras cidades onde as febres tifoide e paratífica e as disenterias aparecem periodicamente, não se registraram surtos epidemicos dessas molestias e sim casos esporadicos.

O uso da vacina mixta preventiva já se póde considerar radicado em quasi todo o Estado, sendo repetidos os pedidos de fornecimento que são dirigidos á Saúde Publica. A observação da sua eficiencia preventiva justifica plenamente a grande aceitação desse produto que é distribuido gratuitamente. Durante o ano distribuiram-se 236.880 cent. cubicos, o que equivale aproximadamente 16.000 pessoas vacinadas.

Corroborando essas afirmativas estão os dados bioestatísticos da Capital que, não representando todo o Estado, referem-se incontestavelmente á região de maior densidade de população e por consequencia a um campo mais amplo para estudo e conclusão dos valores das coordenadas bioestatísticas. Eles nos mostram que Curitiba, em paralelo com outras cidades importantes do país e do estrangeiro, está em situação excepcional e vantajosa. De fáto, emquanto, com a população calculada de 117.500 habitantes apresenta um obituario geral de 1.792, outras cidades, proporcionalmente, registram numeros mais elevados, conforme se deduz dos dados bioestatísticos.

ESTATISTICA DEMOGRAFO SANITARIA

Esse serviço que ainda continua afeto á Secretaria da D. G. S. P. tem-se limitado á Capital pelo fato de não ser possível fazelo de todo o Estado com o limitado numero de funcionarios de que se dispõe e a diversidade de suas atribuições.

Todavia o que diz respeito á Curitiba se realisou com todos os detalhes que, em uma apreciação global, evidenciam em 1936 o registo de: 3.210 nascimentos dos quais 314 de pessoas que não o fizeram anteriormente; 1.792 obitos e 911 casamentos.

LABORATORIO DE BROMATOLOGIA E ANALÍSES QUÍMICAS

Os serviços tecnicos bromatologicos, compreendendo tambem a parte de análise higienica do leite consumido na Capital, tem-se realizado com eficiencia. Com a passagem para a Prefeitura da fiscalização dos generos alimenticios de Curitiba, continuou o Laboratorio com a parte tecnico-bromatologica de todo o Estado. Quando se trata de análises que interessam á fiscalização municipal os resultados são fornecidos ao Serviço Sanitario Municipal e nos demais casos ao Diretor Geral de Saude Publica.

Dos trabalhos realizados resalta o da fiscalização do leite cujas análises sistematicas vêm sendo realizadas, pela madrugada, em 7 postos distribuidos na Capital e, á tarde, no Laboratorio de Bromatologia. O numero de exames se elevou a 87.630, num total de 333.917 provas, e as condenações a 7.559 garrafas.

Esse policiamento sistematico trouxe reaes beneficios, pois permitiu uma consideravel repressão ás fraudes desse alimento de que a população infantil é o maior consumidor.

Não menos importante foi a fiscalização da Usina Astra produtora de leite pasteurizado, que diariamente esteve sob rigorosa inspeção de modo a se assegurar ao povo o consumo de produto com os requisitos de higiene.

LABORATORIO DE BACTERIOLOGIA E PESQUISAS CLÍNICAS

Atendendo aos diversos serviços de profilaxia realizou grande numero de exames, que se elevou a 1.802, e tambem confeccionou cerca de 16.000 doses de vacina anti-tífica-díscnterica que foram distribuidos gratuitamente ás populações de varios setores do Estado, como um dos elementos da campanha profilatica contra aquelas molestias.

INSTITUTO PASTEUR

Destinado á profilaxia da raiva, sua atividade tem sido principalmente curativa, sendo que 407 pessoas não só deste como de Estados vizinhos receberam tratamento anti-rabico.

GABINETE RADIOLOGICO

A esse serviço está anexado o Dispensario Anti-tuberculoso. Durante o ano realizou 181 exames clínicos e 121 radiologicos além de outros trabalhos inherentes á profilaxia da tuberculose.

INSPECTORIA GERAL

A cargo dessa Inspectoria cujas funções foram realizadas por 3 Sub-Inspectores médicos esteve tambem o serviço de assistencia médica das Instituições Officiais de Assistencia Social compreendendo o Abrigo de Menores e Escola de Preservação (Secção Feminina), Asilo São Vicente de Paula, Escola de Reforma e mais ainda a Escola Carlos Cavalcanti.

A Sub-Inspectoria de Farmácia tambem realizou rigorosa inspeção das Farmácias, em todo o Estado, mantendo ininterrupta vigilancia sobretudo no comercio de entorpecentes, tendo feito apreensões de medicamentos em casas comerciais, que os vendiam irregularmente, e de entorpecentes em venda clandestina.

A Sub-Inspectoria de Odontologia iniciou o serviço de registro dos gabinetes não tendo produzido os resultados desejados, visto que o funcionario, nomeado para prestar serviços gratuita-

mente, não poderia se dedicar convenientemente ao mesmo. Para o próximo exercício esse serviço se modificará uma vez posta em execução as novas medidas que regularão a matéria.

A Sub-Inspetoria de Carnes e Derivados, com atribuições em todo o Estado, além do exame do gado leiteiro da Capital dirigiu as suas atividades para os diversos municípios, iniciando um plano geral para regularizar e uniformizar a inspeção de Carnes e derivados.

Secretaria da
Fazenda Industria
e Comercio

A Pasta dos Negócios da Fazenda, Industria e Comercio foi exercida até 13 de Outubro de 1936 pelo Dr. Othon Mader, Diretor do Departamento de Terras e Colonização, que também superintendia a Secretaria de Obras Publicas, Viação e Agricultura, criada pela lei n.º 26 de 21 de Outubro de 1935, até essa época ligada á Secretaria da Fazenda.

Com a exoneração, a pedido, do Dr. Othon Máder, da Secretaria da Fazenda, passou esta a sêr exercida pelo Dr. Oscar Borges, nomeado por Dec. n.º 3.493 de 13 de Outubro de 1936.

A' capacidade administrativa e á operosidade do atual secretário deve o Governo a admiravel regularidade dos serviços relativos á pasta das finanças.

A 16 de Outubro do mesmo ano, era nomeado para a Secretaria de Obras Publicas, o Dr. Angelo Lopes e, pois, desmembrados os negócios déssa pasta, da Secretaria da Fazenda, para que fossem convenientemente desenvolvidos e iniciados em mais amplos moldes os serviços de agricultura, para os quais tenho devotado grande parte das atenções do meu govêrno.

Ficaram assim, subordinadas á Secretaria da Fazenda, as seguintes repartições:

- 1) — Departamento de Expediente e Protocolo Geral;
- 2) — Departamento de Rendas;
- 3) — Departamento do Tesouro e Pagadoria;
- 4) — Departamento de Contabilidade;

- 5) — Procuradoria da Fazenda;
- 6) — Almojarifado Geral do Estado.

Além dessas repartições, continuaram na dependência direta ou indireta da Secretaria da Fazenda, outros serviços públicos de importância, como a Junta Comercial do Estado, a Caixa de Amortização do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná, a Câmara de Propaganda e Expansão Comercial e outros.

RACIONALIZAÇÃO:

Na mensagem do ano passado tive oportunidade de me referir á remodelação dos serviços públicos do Estado, objetivando a sua racionalização, de modo a torna-los mais simples e eficientes. A elaboração do plano necessario havia sido confiada ao Instituto de Organização Racional do Trabalho, com sede em São Paulo.

Todos os relatórios do estado atual desses serviços já foram enviados áqueles tecnicos, aguardando-se as modificações administrativas que forem aconselhadas, as quais, depois de aprovadas, serão executadas metódica e gradativamente, de modo a abrangerem todos os departamentos e serviços estaduais.

Espero, ainda no meu govêrno, senão concluir, pelo menos iniciar tão indispensáveis melhoramentos.

REGIMEN TRIBUTARIO

A Constituição Federal de 1934 estabeleceu novo sistema tributario para o Brasil, fixando a competencia fiscal das diversas unidades da federação.

A observancia do novo regimen deu-se a partir de 1936.

Em consequencia dessa refôrma, o orçamento do Estado — para 1936, na parte atinente á receita, já foi calcado em novos moldes, de modo a obedecer aos ditames constitucionais.

Assim, dos quadros dos réditos fiscaes foram eliminados alguns, dentre os quais os de “Emprestimos e Hipotecas”, “Gado Bovino entrado no Estado para consumo” e “Beneficencia”.

Em compensação, passaram a ser arrecadados pelo Estado o imposto sobre vendas mercantis e o de consumo sobre combustíveis de motores de explosão, de procedencia estrangeira, que resarciram perfeitamente o erario estadual das faltas originadas pela supressão daqueles.

A execução orçamentaria adiante exposta, torna evidente, que a refôrma impositiva, dotou o Tesouro dos recursos necesarios á manutenção dos serviços publicos e atendeu o lado economico e de justiça fiscal, de tanta relevancia nêssa materia.

Dos impóstos nòvos, é o de vendas e consignações mercantis o de maior futuro e sobre o qual devemos volver as nossas vistas, elevando-o anualmente, dentro dos limites legais, e reduzindo na mesma proporção, a taxa dos que recaem sobre a exportação.

Arrecadado no Estado segundo o regulamento aprovado pelo Decreto Federal n.º 22.061 de 9 de Novembro de 1932, regulamento que, elaborado para todo o país, não poderia atender ás peculiaridade locais, assim mesmo superou em seiscentos e muitos contos a previsão orçamentaria, baseada na receita recolhida pela União, demonstrando, inicialmente, as suas grandes possibilidades, não obstante a módica taxação adotada de 3\$000 por conto de réis ou fração, quando varios Estados fixaram a taxa de 1% sobre a mesma quantia.

Compreendendo a necessidade de dar melhor regulamentação ao citado tributo, éssa egregia Assembléia, pela lei n.º 154, de 27 de Janeiro do corrente ano, deu ao Govêrno a competente autorização, pelo que novo regulamento foi expedido e aprovado pelo Decreto n.º 4.547 de 27 de Março de 1937, passando éssa fonte das rendas estadoais, a realçar a ordem financeira do Estado pela sua magnifica contribuição.

Orçado em 3.360:000\$000, a sua arrecadação até 30 de Junho do corrente ano já atingia a 1.875:180\$000, prevendo-se para até o final deste exercicio, uma receita minima de
3.600:000\$000.

Das novas fontes de rendas, o imposto de Consumo de Combustível de motor de explosão, anteriormente arrecadado pelo município, é também de grande futuro pelas possibilidades de aumento do consumo desse combustível, em consequência das modernas rodovias abertas e da conservação das existentes, que oferecem trânsito fácil em todos os sentidos das zonas produtoras do Estado.

As demais fontes fiscais, com raras exceções, como se verá dos demonstrativos anexos, excederam as cifras da previsão, atestando que o novo quadro tributário do Estado, inaugurado no exercício em lide, corrigidas possíveis lacunas, consulta às exigências atuais da administração e atende à finalidade econômica e social do imposto.

ECONOMIA

Depois do declínio que se observa de 1931 a 1933, ano em que a exportação atingiu o mais baixo nível, declínio esse motivado pela situação anormal em todo o país, muito animadora é a escala que nos apresenta, em progresso sempre crescente, o gráfico sob n.º 1.

Nota-se mesmo, no valor total relativo ao ano de 1936, uma acentuada melhoria na quota dos principais produtos, onde a madeira figurará com 19.403:067\$100, o café com 32.940:879\$000, e a erva-mate com 38.980:693\$600, contra 15.336:762\$669, ... 20.118:660\$000 e 34.831:250\$400, respectivamente, no ano de 1935.

O gráfico sob n.º 2 nos mostra no mesmo período 1931-36, as quotas relativas a todos os produtos, destacados os três principais e considerados os outros no conjunto de suas classes.

Quanto a 1937, apresenta-se no gráfico sob n.º 3, o movimento relativo aos meses de Janeiro a Abril do corrente ano, onde se vê quão lisongeiro é o valor da exportação nos quatro primeiros meses do ano, o que nos induz a esperar considerável superioridade sobre o ano anterior.

O volume total da exportação paranaense nestes ultimos anos foi o seguinte:

1933	80.470:000\$000
1934	118.141:000\$000
1935	139.557:000\$000
1936	152.598:231\$590

Como se vê, houve um aumento de 23.041:231\$590 em relação ao ano de 1935, que foi até então, o de maior exportação.

Ha, a notar, que as cifras do nosso comercio para o exterior são tomadas de acôrdo com os valores da pauta oficial, quando os preços comerciais sempre lhes excedem de 30 e mais por cento.

Não haverá, pois, exagero se avaliarmos em mais de 200 mil contos o valôr global atual da nossa exportação.

Os esteios basicos do nosso movimento mercantil continuam sendo a erva mate, o café e a madeira, conforme demonstram os graficos anexos.

Dou a seguir os algarismos com que se apresentam os nossos produtos no quadro geral da exportação:

Erva mate	38.980:693\$600
Café	32.940:879\$000
Madeiras	19.403:067\$106
Produtos de origem animal e vegetal	29.848:455\$385
Produtos de origem agricola ..	14.642:202\$910
Gado	317:505\$000
Suínos	7.349:900\$000
Produtos de origens diversas ..	8.657:048\$090
Aves	132:480\$500
Pianos	326:000\$000

EXPORTAÇÃO DE 1937

Nos quatro primeiros meses deste ano assim se apresenta a nossa exportação:

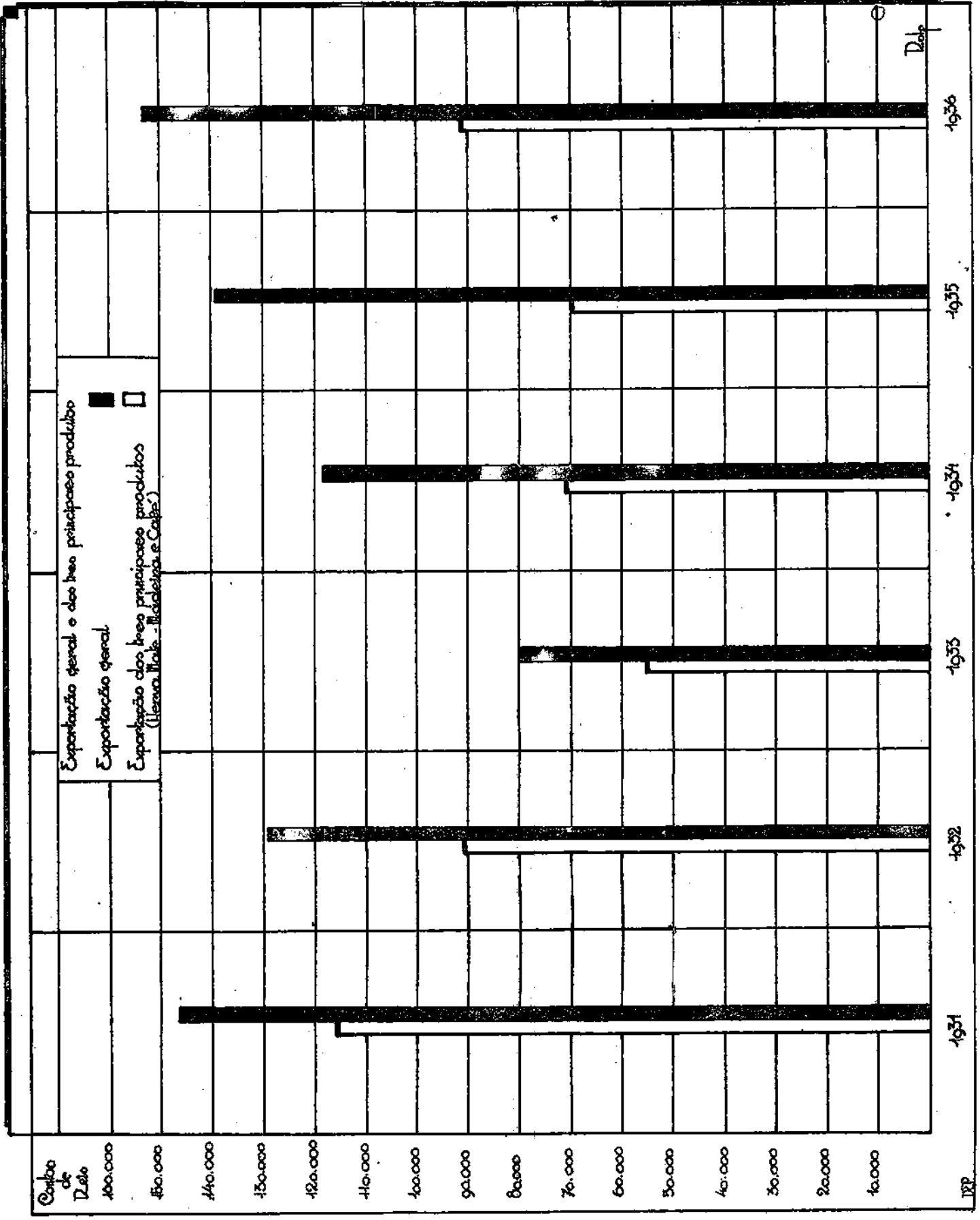
	<i>Interior</i>	<i>Exterior</i>	<i>Total Geral</i>
Café	375:102\$000	9.609:300\$000	9.984:402\$000
Herva mate cancheada .	213:902\$000	4.877:095\$200	5.090:997\$200
Herva mate beneficiada	892:650\$000	7.944:003\$200	8.836:653\$200
Gado	1.088:770\$000		1.088:770\$000
Madeiras ..	6.413:893\$400	1.561:395\$700	7.975:289\$100
Produtos . agricolas .	8.060:420\$600		8.060:420\$600
Diversos produtos de origem ani- mal	5.133:265\$600	707:703\$400	5.840:969\$000
Diversos produtos ..	3.513:659\$900	183:193\$500	3.696:853\$400
	<u>25.691:663\$500</u>	<u>24.882:691\$000</u>	<u>50.574:354\$500</u>

Pelas cifras alinhadas observa-se que é assaz promissor o movimento mercantil do Estado neste ano, prognosticando uma exportação superior a do exercício de 1936.

Para isso muito concorrerá o café com apreciável contingente, em consequencia da enorme safra pendente, por muitos lavradores estimada em cerca de um milhão de sacas. Prevendo-se uma exportação de 600 mil, teremos, só com esse nobre produto, um aumento que elevará consideravelmente a cifra global do nosso commercio exterior.

O panorama economico do Estado, é, pois, senhores Deputados, o mais animador possível, como se acaba de vêr.

De ano para ano cresce o volume dos nossos negocios, numa demonstração cabal da vitalidade das nossas fontes de produção que colocam o Paraná entre os mais ricos e prosperos Estados da Federação.



Contas de Dólar

160.000

150.000

140.000

130.000

120.000

110.000

100.000

90.000

80.000

70.000

60.000

50.000

40.000

30.000

20.000

10.000

1931

1932

1933

1934

1935

1936

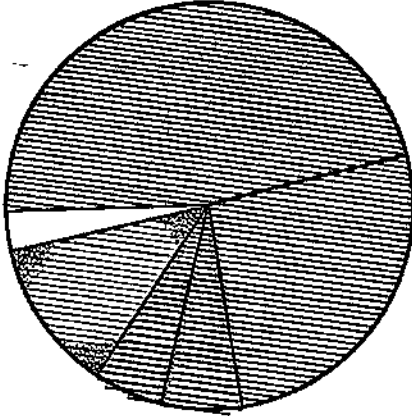
Dólar

Exportação geral e dos tres principais productos

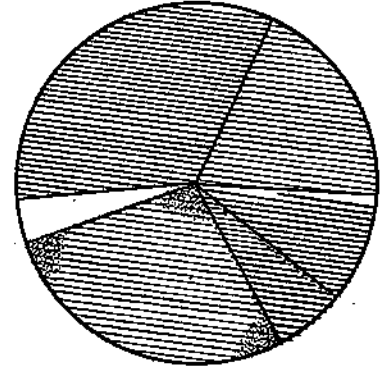
Exportação geral

Exportação dos tres principais productos (Café, Açúcar e Borracha)

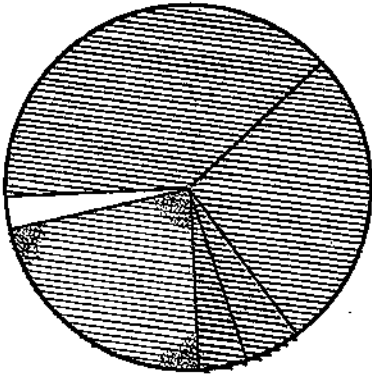
1931









1934



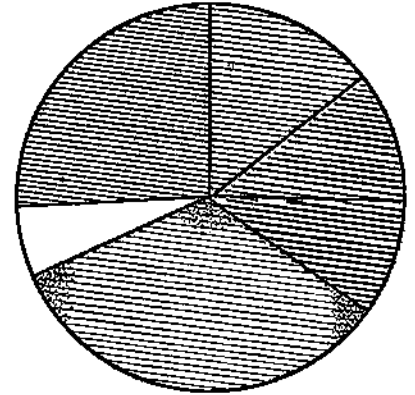
1932



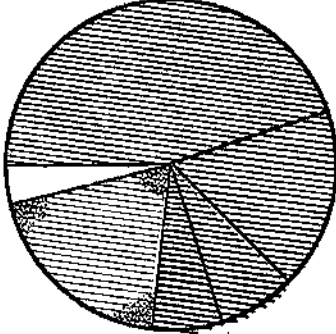
Quotas dos produtos na
exportação geral

- Erva Mate 
- Madeira 
- Café 
- Gado e animais em geral 
- Produtos agrícolas 
- Produtos diversos
inclusive de origem vegetal e animal 

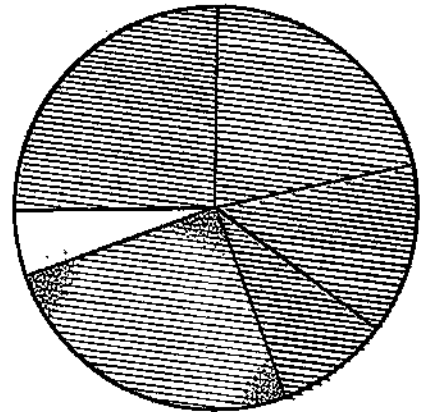
1935



1933



1936



Quilts de mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Dez
45000					
44000	Exportação do Estado do Pernambuco meses de Janeiro até Abril de 1957				
43000					
42000					
41000					
40000					
39000					
38000					
37000					
36000					
35000					
34000					
33000					
32000					
31000					
30000					
29000					
28000					
27000					
26000					
25000					
24000					
23000					
22000					
21000					
20000					
19000					
18000					
17000					
16000					
15000					
14000					
13000					
12000					
11000					
10000					
9000					
8000					
7000					
6000					
5000					
4000					
3000					
2000					
1000					
0					
DED					Dez

Exportação do Estado do Pernambuco
 meses de Janeiro até Abril
 de 1957

Produtos agrícolas
 Produtos diversos inclusive de origem vegetal e animal
 Madeiras
 Ervas Mate
 Café

Produtos agrícolas
 Produtos diversos inclusive de origem vegetal e animal
 Madeiras
 Ervas Mate
 Café

Produtos agrícolas
 Produtos diversos inclusive de origem vegetal e animal
 Madeiras
 Ervas Mate
 Café

Produtos agrícolas
 Produtos diversos inclusive de origem vegetal e animal
 Madeiras
 Ervas Mate
 Café

FINANÇAS

A política financeira que venho observando rigorosamente, desde o início do meu governo, no sentido de manter o equilíbrio orçamentario e gastar dentro das possibilidades da arrecadação, deve-se em grande parte a ótima posição das nossas finanças.

A receita publica é, em regra, o reflexo das atividades economicas do Estado. Se estas se expandem, progride com elas a receita. Qualquer oscilação repercute logo na arrecadação, diminuindo ou aumentando a entrada dos recursos orçamentarios.

O exercicio passado caracterizou-se, sobretudo, pelo aumento das rendas publicas, em consequencia do desenvolvimento das nossas fontes economicas, fenomeno que se vêm verificando, a partir de 1934.

A receita de 1936 é indice seguro para se avaliar o surto de progresso que se manifesta em todos os setores das nossas atividades, desafiando iniciativas e proporcionando ao trabalho remuneração jamais atingida.

Quasi todos os titulos do orçamento da receita acusaram um excesso em relação ás arrecadações anteriores e á orçada. Da analise que passo a fazer da execução orçamentaria ressaltam esses aspectos das finanças publicas.

RECEITA

O orçamento financeiro para 1936 previa uma receita de Rs.: 41.191:700\$000, assim discriminada:

Receita ordinaria	24.106:000\$000
Receita extraordinaria	9.155:000\$000
Receita com applicação especial	7.930:700\$000
TOTAL	41.191:700\$000

Na execução orçamentaria a arrecadação atingiu a Rs. ... 52.596:593\$700, superando a receita prevista em Rs. 11.404:893\$700, como adiante se demonstra:

Receita ordinaria	32.397:976\$500
Receita extraordinaria	11.052:729\$700
Receita com applicação especial .	9.145:887\$500
TOTAL	52.596:593\$700

O primeiro quadro anexo discrimina, por titulo, as fontes de renda e compara as importancias arrecadadas com as orçadas, demonstrando onde houve acrescimo ou decrecimo sobre a previsão do orçamento, de modo a resaltar as que mais progrediram em 1936. O segundo quadro representa o movimento da receita e da despesa nos ultimos seis anos.

DESPESA

A lei n.º 45 de 6 de dezembro de 1935 fixou em Rs. 41.191:700\$000 a despesa do Estado para o exercicio financeiro de 1936.

Entretanto, a despesa efetivamente autorizada foi de Rs. ... 41.285:660\$300, em virtude da lei orçamentaria ter deixado de computar na soma total as quantias de 36:000\$000 e 57:960\$000, relativas, respectivamente, ás verbas n.º 23, consignações 1 e 2 e verba n.º 17, subconsignações 18, 19, e 20.

Como se tratava de dotações para atender serviços permanentes, não houve como se evitar a realização dessas despesas que, afinal, não embaraçaram a execução orçamentaria, de vez que a arrecadação foi alem da receita prevista. Não constituiu tal fato tambem uma irregularidade porque elas foram fixadas no corpo da lei orçamentaria.

Durante o exercicio financeiro foram votadas créditos especiaes e suplementares, que elevaram a despesa total a Rs. ... 46.703:875\$900, demonstrada como segue:

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Resumo demonstrativo das Rendas Arrecadadas durante o exercicio de 1936.

Designação	RECEITA		DIFERENÇA	
	Orgada	Arrecadada	Para mais	Para menos
RECEITA ORDINARIA				
Imposto de Exportação de Herva Mate Beneficiada ..	1.500.000\$00	1.497.732\$400		2.267\$800
Exportação de Herva Mate Cancheada	1.500.000\$00	1.318.871\$200		181.128\$800
Imposto de Exportação de Madeira	1.250.000\$00	2.100.897\$500	850.897\$500	—\$—
Imposto de Exportação de Café	1.920.000\$00	2.320.911\$200	400.911\$200	—\$—
Imposto de Exportação de Algodão	300.000\$00	186.270\$200	—\$—	113.729\$800
Imposto de Exportação de Gado	210.000\$00	308.087\$400	93.087\$400	—\$—
Imposto de Exportação de Diversos	800.000\$00	1.219.547\$400	419.547\$400	—\$—
Imposto de Industrias e Profissões	1.550.000\$00	3.381.091\$600	1.831.091\$600	—\$—
Imposto de Liquidos Espirituosos	1.000.000\$00	1.444.071\$400	444.071\$400	—\$—
Imposto de Transmissão de Propriedades	2.000.000\$00	2.461.072\$500	461.072\$500	—\$—
Imposto Territorial	700.000\$00	1.276.556\$500	576.556\$500	—\$—
Imposto de Arrematações Judiciais	30.000\$00	39.044\$500	9.044\$500	—\$—
Imposto de Vendas Mercantis	2.000.000\$00	2.672.816\$000	672.816\$000	—\$—
Imposto de Selos	350.000\$00	1.376.978\$500	546.978\$500	—\$—
Adicional de 20% — §§ 8 a 12 e 17	1.066.000\$00	1.792.352\$500	726.352\$500	—\$—
Taxa Ouro Sobre o Café	2.400.000\$00	2.867.299\$500	467.299\$500	—\$—
Taxa Judiciaria	50.000\$00	57.509\$600	7.509\$600	—\$—
Taxa de Estatistica e Fiscalisação	950.000\$00	1.357.421\$000	407.421\$000	—\$—
Taxa Proveniente de Contratos Diversos	500.000\$00	447.039\$600	—\$—	52.960\$400
Taxa de Frequencia dos Ginasios e Escolas Normais	60.000\$00	130.232\$000	70.232\$000	—\$—
Vendas e Legitimação de Terras	200.000\$00	191.951\$000	—\$—	8.049\$000
Taxa de Beneficencia	280.000\$00	301.766\$400	21.766\$400	—\$—
Venda e Alugueres de Proprios do Estado	50.000\$00	37.408\$900	—\$—	12.591\$100
Juros e Dividendos	5.000\$00	4.803\$400	—\$—	196\$600
Taxa Sanitaria — Curitiba	1.200.000\$00	1.202.331\$300	2.331\$300	—\$—
Excesso de Consumo d'Agua — Curitiba	80.000\$00	95.126\$000	15.126\$000	—\$—
Aluguel de Hidrometros — Curitiba	70.000\$00	65.729\$100	—\$—	4.270\$900
Instalações Domiciliarias — Curitiba	600.000\$00	741.264\$000	141.264\$000	—\$—
Taxa Sanitaria — Ponta Grossa	250.000\$00	317.292\$800	67.292\$800	—\$—
Excesso de Consumo d'Agua — Ponta Grossa	25.000\$00	2.132\$400	—\$—	22.867\$800
Aluguel de Hidrometros — Ponta Grossa	20.000\$00	18.857\$100	—\$—	3.142\$900
Instalações Domiciliarias — Ponta Grossa	90.000\$00	73.202\$800	—\$—	16.797\$200
Renda da Exploração do Porto	600.000\$00	1.032.388\$600	432.388\$600	—\$—
Renda de Publicações e Anuncios	20.000\$00	64.920\$200	44.920\$200	—\$—
Total Parcial	24.106.000\$00	32.397.976\$500	8.709.978\$400	418.001\$900
RECEITA EXTRAORDINARIA				
Cobrança de Impostos e Taxas em Atrazo	1.350.000\$00	679.915\$100	—\$—	670.084\$900
Cobrança de Dividas Diversas	5.000\$00	9.354\$800	4.354\$800	—\$—
Restituição da Taxa de 5 Shillings	7.000.000\$00	7.040.366\$800	40.366\$800	—\$—
Contribuição do Governo Federal para a Educação e Saude	300.000\$00	—\$—	—\$—	300.000\$000
Multas Diversas	200.000\$00	480.495\$700	280.495\$700	—\$—
Rendas não Discriminadas	300.000\$00	2.842.597\$500	2.542.597\$500	—\$—
Total Parcial	9.155.000\$00	11.052.729\$700	2.867.814\$600	970.084\$900
RECEITA COM APLICAÇÃO ESPECIAL				
Imposto Sobre Combustiveis	900.000\$00	1.171.972\$900	271.972\$900	—\$—
Imposto de Reajustamento Economico	4.800.000\$00	6.491.920\$700	1.691.920\$700	—\$—
Imposto do Serviço de Classificação do Algodão	80.000\$00	1.371\$300	—\$—	78.628\$700
Contribuição dos Municipios para o Departamento de Assistencia Tecnica	150.000\$00	22.412\$000	—\$—	127.588\$000
Contribuição da Prefeitura da Capital para a Guarda Civil e Inspeçtoria de Veiculos	700.000\$00	699.999\$600	—\$—	\$400
Contribuição dos Municipios para a Instrução Publica	750.000\$00	118.441\$800	—\$—	631.558\$200
Quota de Fiscalisação de Contratos	54.000\$00	50.500\$000	—\$—	3.500\$000
Quota de Previdencia	48.700\$00	60.755\$200	14.055\$200	—\$—
Adicional de 20% Sobre Direitos Aduaneiros	450.000\$00	528.514\$000	78.514\$000	—\$—
Total Parcial	7.930.700\$00	9.145.887\$500	2.056.462\$800	841.275\$300
Resumo				
Receita Ordinaria	24.106.000\$00	32.397.976\$500	8.709.978\$400	418.001\$900
Receita Extraordinaria	9.155.000\$000	11.052.729\$700	2.867.814\$600	970.084\$900
Receita com Aplicação Especial	7.930.700\$000	9.145.887\$600	2.056.462\$800	841.275\$300
TOTAL GERAL	41.191.700\$000	52.596.593\$700	13.634.255\$800	2.229.362\$100

J. Charlier
Contador Interino

Mario Costa
Diretor

SECRETARIA DE FAZENDA, INDUSTRIA E COMERCIO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

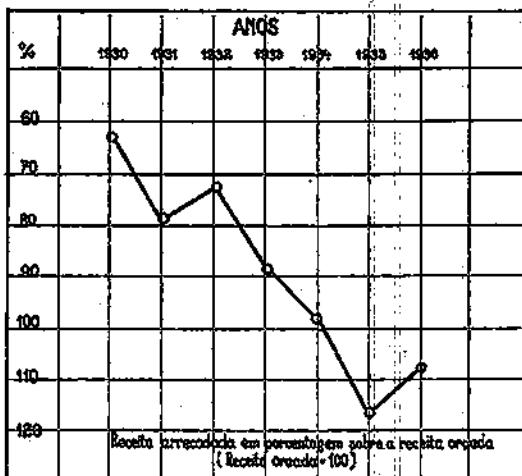
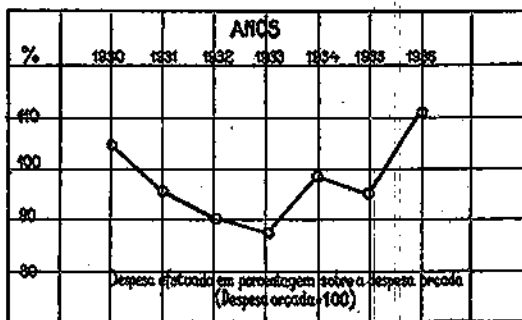
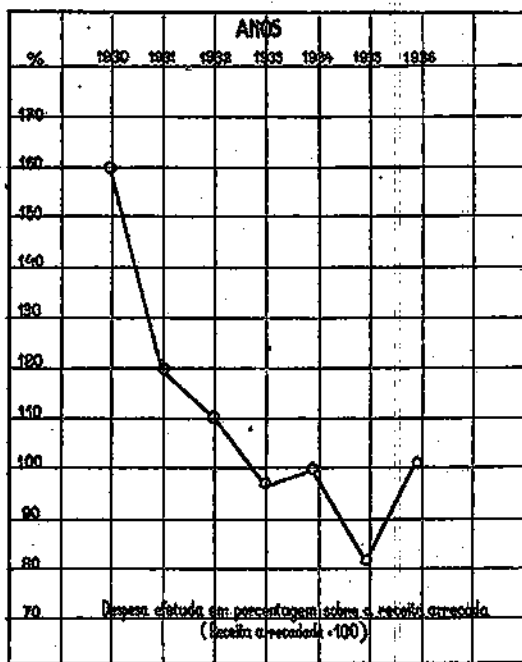
Demonstrativo da Receita Orçada e Arrecadada e da Despesa Orçada e Efetuada durante os Exercícios de 1930 a 1936.

Exercícios	Receita orçada	Receita arrecadada	Despesa orçada	Despesa efetuada
1930	45.000:000\$000	28.660:876\$769	45.000:000\$000	38.213:140\$420
1931	33.276:300\$000	26.513:142\$844	33.276:300\$000	30.937:879\$739
1932	33.276:300\$000	23.739:418\$112	30.028:488\$470	26.942:900\$286
1933	27.923:000\$000	25.140:397\$897	27.923:000\$000	24.111:787\$955
1934	33.602:500\$000	33.413:832\$397	33.602:500\$000	31.343:224\$723
1935	38.257:321\$800	44.963:106\$200	39.913:856\$500	35.864:853\$800
1936	41.191:700\$000	52.536:593\$700	44.235:915\$900	44.919:654\$900

J. Charlier
Contador Interino

VISTO:

Mario Costa
Diretor



Créditos orçamentarios	41.285:660\$000	
Créditos especiais	2.467:960\$000	
Créditos adicionais	2.950:255\$900	
TOTAL	46.703:875\$900	

Entretanto, a despesa efetivamente realizada atingiu, apenas a 44.919:654\$900, gastando-se assim, aquém das autorizações a importância de 1.784:221\$000, conforme evidencia o quadro seguinte:

DESPESA AUTORIZADA

PODERES DO ESTADO:

Orçado	1.436:576\$000	
Crédito suplementar	1:000\$000	1.437:576\$000

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA:

Orçado	15.311:785\$200	
Crédito suplementar	283.255\$900	15.595:041\$100

SECRETARIA DA FAZENDA INDUSTRIA E COMERCIO:

Orçado	15.845:463\$800	
Crédito suplementar	990:000\$000	16.835:463\$800

SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS PUBLICAS E AGRICULTURA

Orçado	8.691:835\$000	
Crédito suplementar	1.676:000\$000	10.367:835\$000

TOTAL PARCIAL, ...		44.235:915\$900
--------------------	--	-----------------

CREDITOS ESPECIAIS

Auxilio ao pintor Artur Nisio	4:860\$000	
Idem, ao monumento a Rui Barbosa	10:000\$000	
Aquisição de automoveis	90:000\$000	
Aquisição de materiais para os Ginasios	120:000\$000	
Aquisição de materiais para ensino agronomico	30:000\$000	
Para repressão ao extremismo	80:000\$000	
Para aquisição de sementes e reprodutores	250:000\$000	
Justiça	2:100\$000	
Materiais de Bombeiros ...	115:000\$000	
Auxilio ao monumento a Santos Dumont	6:000\$000	
Construção de um armazem no Porto de Paranaguá	760:000\$000	
Bonificação de 5\$000 por sacas de café exportada pelo Porto de Paranaguá .	1.000:000\$000	2.467:960\$000
TOTAL,		<u>46.703:875\$900</u>

DESPESA EFETUADA

<i>Poderes do Estado:</i>	1.437:076\$000
Secretaria do Interior e Justiça	14.553:816\$100
Secretaria da Fazenda Industria e Comercio ...	16.214:916\$500

Secretaria de Obras Pu- blicas, Viação e Agricul- tura	10.245:886\$300	
Créditos especiais	2.467:960\$000	44.919:654\$900
Saldo orçamentario ..		<u>1.784:221\$000</u>

Confrontando-se a receita arrecadada com a despesa realizada, verifica-se o superavit de Rs. 7.676:938\$800, assim demonstrado:

Receita	52.596:593\$700
Despesa	44.919:654\$900
Superavit	Rs. <u>7.676:938\$800</u>

Do exposto resalta a bôa execução orçamentaria que, não obstante a majoração da despesa, em consequencia das autorizações legislativas posteriores, ainda deixou um saldo consideravel, pouco inferior ao do exercicio de 1935, que foi de 9.098:252\$400, mas, avultado, ainda, em face dos compromissos que oneraram este exercicio, superiores, sem duvida, aos que enfrentou o de 1935.

EXERCICIO DE 1937

A arrecadação deste exercicio, como se verá do demonstrativo abaixo, já alcançou a soma de 24.348:215\$800, mais da metade da receita prevista, que é de 47.774:000\$000.

Como a arrecadação do primeiro semestre é quasi sempre mais fraca que a do segundo, porque deste em diante é que se dá em maior escala, a exportação de café, erva mate, algodão e outros produtos da lavoura, é de se prevêr que a receita vá muito alem da estimativa orçamentaria.

A despesa realizada no mesmo periodo foi de
24.341:606\$100, incluindo a proveniente de créditos autorizados por esse Poder Legislativo para execução de diversas obras, que

montaram a 2.335:318\$000 e que foram custeadas pelas rendas recolhidas nesse período financeiro.

Vê-se, pois, que a execução orçamentaria está sendo criteriosamente feita, contida a despesa nos limites da receita arrecadada, conforme demonstra o quadro seguinte que dá em resumo o resultado do semestre do exercício em curso:

RECEITA

Renda do tributos	15.114:560\$800	
Renda patrimonial	84:433\$700	
Renda industrial	1.766:125\$700	
Renda com aplicação especial	3.993:666\$500	
Receita com aplicação especial	2.812:914\$400	
Rendas diversas	576:514\$700	24.348:215\$800
	<hr/>	

DESPESA

Poderes do Estado	640:340\$700	
Secretaria do Interior e Justiça	7.184:161\$100	
Secretaria de Fazenda, Indústria e Comércio ..	8.717:134\$000	
Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura	4.114:652\$300	
Créditos autorizados pelo Poder Legislativo ...	2.335:318\$000	
Vencimentos de funcionários, do mês de Junho a serem pagos em julho	1.350:000\$000	24.341:606\$100
	<hr/>	
SALDO		<hr/> 6:609\$700

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Resumo demonstrativo das despesas do Estado durante o exercicio de 1936.

Designação	DESPESA		Para menos
	Orçada	Efetuada	
PODERES DO ESTADO			
1 — Poder Executivo	72:000\$000	72:000\$000	—\$—
2 — Poder Legislativo	420:100\$000	420:600\$000	500\$000
Credito Suplementar — Lei n.º 51 de 23-10-936	1:000\$000	944:476\$000	—\$—
3 — Poder Judiciario	944:476\$000	944:476\$000	—\$—
TOTAL	1.437:576\$000	1.437:076\$000	500\$000
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA			
4 — Gabinete do Secretario do Interior	41:200\$000	37:822\$600	3:377\$400
5 — Portaria	18:800\$000	17:523\$600	1:276\$200
6 — Departamento do Expediente e Protocolo Geral	54:200\$000	52:975\$400	1:224\$600
7 — Departamento do Interior e Arquivo Publico	128:120\$000	128:120\$000	—\$—
Credito Suplementar — Lei n.º 148 de 25-1-937	30:000\$000	59:000\$000	2:794\$100
8 — Departamento de Justiça	59:000\$000	58:205\$900	—\$—
9 — Despesas Gerais da Secretaria do Interior	41:000\$000	41:000\$000	—\$—
10 — Palacio do Governo	102:040\$000	105:108\$700	587\$200
Credito Suplementar — Lei n.º 148 de 25-1-937	3:655\$900	105:108\$700	15:335\$500
11 — Secretaria da Assembléa	127:288\$200	111:747\$700	—\$—
12 — Secretaria da Cárte de Apelação	54:900\$000	54:900\$000	—\$—
13 — Procuradoria Geral da Justiça	79:700\$000	75:122\$100	4:577\$900
14 — Forum da Capital	13:100\$000	11:488\$700	1:601\$300
15 — Forum da Lapa	4:500\$000	3:893\$500	606\$500
16 — Forum de Ponta Grossa	4:500\$000	4:500\$000	—\$—
17 — Forum do Rio Negro	4:500\$000	4:500\$000	—\$—
18 — Forum de Castro	4:500\$000	4:500\$000	—\$—
19 — Justiça	639:454\$000	663:054\$000	—\$—
Credito Suplementar — Lei n.º 58 de 27-10-936	3:600\$000	663:054\$000	—\$—
20 — Justiça Eleitoral	19:600\$000	18:516\$800	1:083\$200
21 — Conselho Penitenciario	1:200\$000	1:200\$000	—\$—
22 — Policia Civil	989:808\$000	1:235:808\$000	—\$—
Credito Suplementar — Lei n.º 58 de 27-10-936	248:000\$000	1:235:808\$000	—\$—
23 — Policia Militar	3:021:900\$000	2:986:137\$100	35:762\$900
24 — Companhia de Bombeiros	263:400\$000	262:496\$900	903\$100
25 — Educação e Ensino	6:983:880\$000	6:148:880\$900	835:371\$100
26 — Saude Publica	1:225:600\$000	1:100:496\$200	125:103\$100
27 — Assistencia Social	400:200\$000	389:993\$300	10:201\$700
28 — Museu Paranaense	14:400\$000	13:708\$800	691\$200
29 — Subvenções e Auxilios	295:000\$000	295:000\$000	—\$—
30 — Serviços em Comum com o Municipio de Curitiba	700:000\$000	699:472\$000	528\$000
TOTAL	15.595:041\$100	14.553:816\$100	1.041:225\$000
SECRETARIA DE FAZENDA, INDUSTRIA E COMERCIO			
31 — Gabinete do Secretario de Fazenda	40:800\$000	37:699\$900	3:100\$100
32 — Portaria	20:000\$000	15:984\$600	4:015\$400
33 — Departamento do Expediente e Protocolo Geral	57:800\$000	54:619\$800	3:180\$200
34 — Departamento de Contabilidade	100:600\$000	93:457\$700	7:142\$300
35 — Departamento do Tezouro e Pagadoria	189:000\$000	189:000\$000	—\$—
36 — Departamento de Rendas	2.616:981\$600	3.278:304\$700	8:676\$900
Credito Suplementar — Lei n.º 65 de 5-11-936	670:000\$000	3.278:304\$700	5:582\$000
37 — Despesas Gerais da Secretaria da Fazenda	73:000\$000	67:418\$000	28:740\$600
38 — Procuradoria da Fazenda	132:800\$000	50:554\$400	1:083\$600
39 — Almozarifado Geral do Estado	51:640\$000	17:506\$600	1:993\$400
40 — Junta Commercial	19:500\$000	100:000\$000	—\$—
41 — Gratificação Especial	100:000\$000	100:000\$000	—\$—
42 — Pessoal Inativo	2.147:000\$000	2.455:566\$200	11:433\$600
Credito Suplementar — Dec. n.º 4248 de 26-2-937	320:000\$000	2.455:566\$200	25:796\$100
43 — Pessoal em Disponibilidade	56:000\$000	23:960\$000	2:040\$000
44 — Pessoal do Quadro Suplementar	26:000\$000	53:297\$700	702\$300
45 — Pensões	54:000\$000	42:483\$100	7:514\$900
46 — Seguros de Proprios Estaduais	50:000\$000	23:107\$500	6:892\$500
47 — Seguros contra Accidentes no Trabalho	30:000\$000	47:022\$100	2:977\$900
48 — Restituições e Reposições	50:000\$000	386:376\$100	13:623\$900
49 — Exercícios Findos	400:000\$000	47:164\$500	2:935\$500
50 — Organização da Administração	50:000\$000	1.908:100\$300	340:741\$800
51 — Benefícios na Zona Cafeeira	2.248:842\$200	20:000\$000	—\$—
52 — Comissão de Estudos Economicos e Financeiros	20:000\$000	3:407\$000	2:598\$000
53 — Camara de Propaganda e Expansão Commercial	6:000\$000	23:717\$200	128:282\$800
54 — Departamento de Assistencia Técnica dos Municipios	150:000\$000	—\$—	—\$—
55 — Serviço de	—\$—	—\$—	—\$—

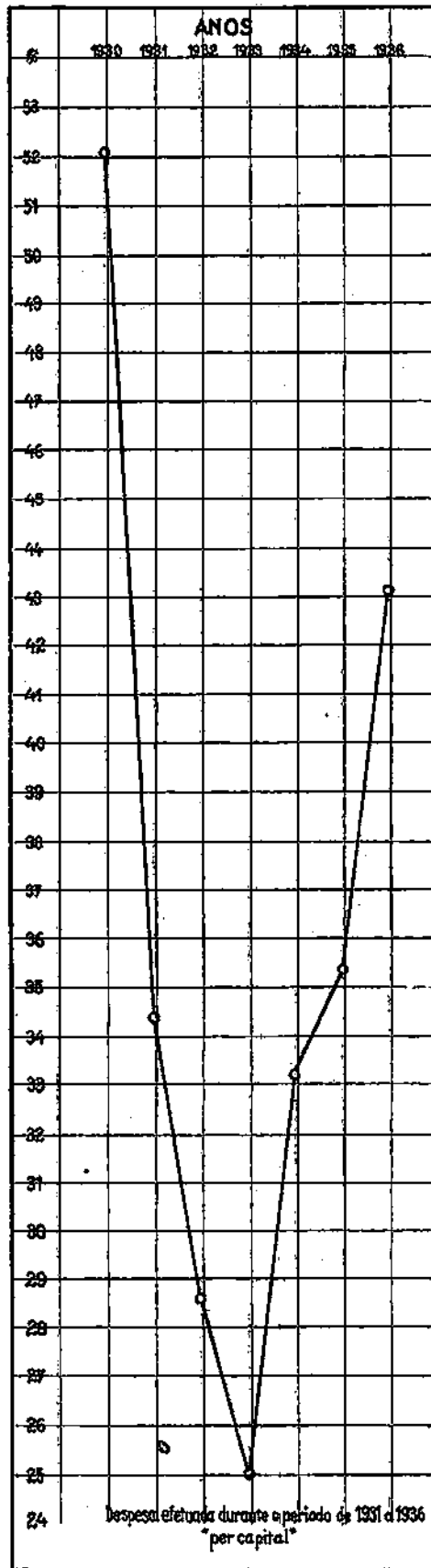
A

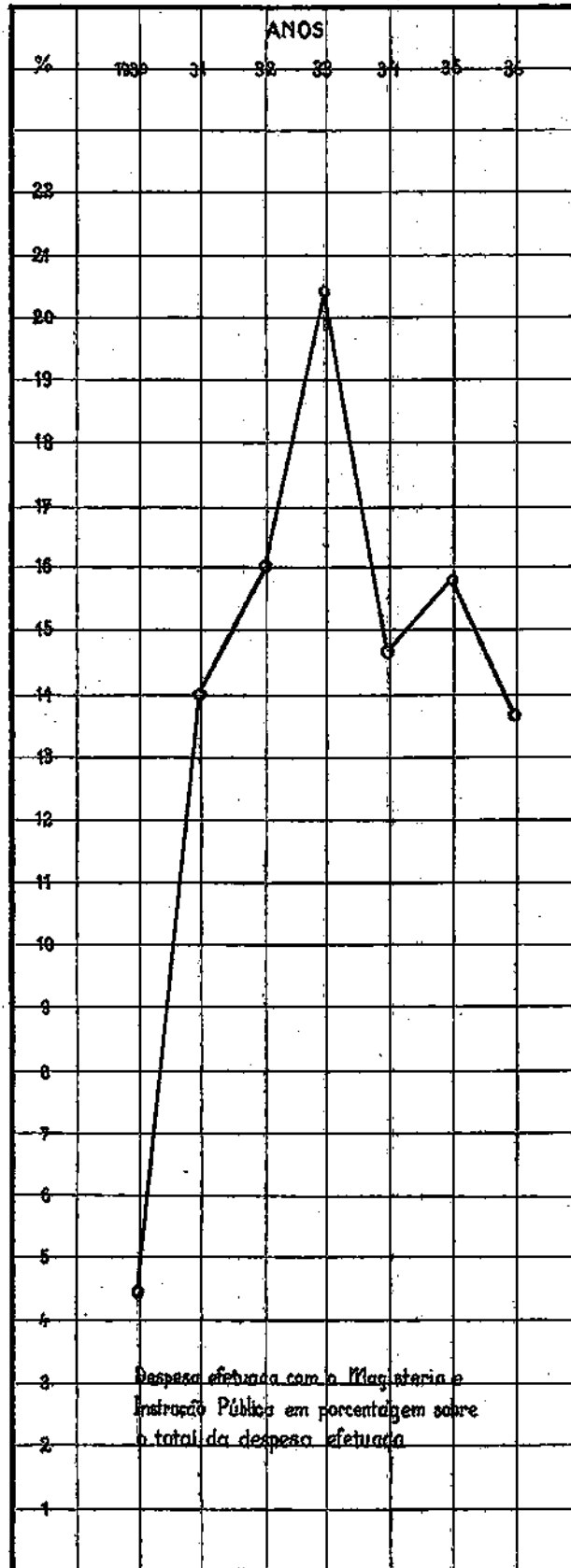
56 — Serviço da Dívida Interna Consolidada	1.530:000\$000	1.530:000\$000	12:976\$200
	5.625:500\$000	5.612:523\$800	
TOTAL	16.835:463\$800	16.214:916\$500	620:547\$300
SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA			
57 — Gabinete do Secretario de Agricultura	42:000\$000	13:098\$400	28:901\$600
58 — Portaria	11:700\$000	7:995\$100	3:704\$900
59 — Departamento de Expediente e Contabilidade	47:000\$000	40:914\$500	6:085\$500
60 — Departamento de Obras e Viação	4.591:200\$000		
Credito Suplementar — Dec. n.º 4088 de 12-2-37	1.300:000\$000	5.891:200\$000	3:203\$000
61 — Departamento de Agricultura e Estatística	352:600\$000	332:625\$800	19:974\$200
62 — Departamento de Terras e Colonização	158:000\$000	147:870\$700	8:129\$300
63 — Despesas Gerais da Secretaria de Agricultura	100:000\$000	75:543\$000	25:457\$000
64 — Departamento de Agua e Esgoto	2.377:895\$000	2.358:693\$100	19:001\$900
65 — Porto de Paranaguá	817:600\$000		
Credito Suplementar — Lei n.º 89 de 22-12-936	376:000\$000	1.193:600\$000	—\$—
66 — Escola de Trabalhadores Rurais	135:640\$000	135:640\$000	—\$—
67 — Escola de Reforma (Sessão Masculina)	51:000\$000	47:441\$800	3:558\$400
68 — Conselho de Transporte	3:000\$000	—\$—	3:000\$000
69 — Teatro Guaira	5:400\$000	4:467\$100	932\$900
TOTAL	10.367:835\$000	10.245:886\$300	121:948\$700
CREDITOS ESPECIAIS			
Material de Bombeiros	115:000\$000	115:000\$000	—\$—
Auxílio á Artur Nizio	4:860\$000	4:860\$000	—\$—
Pró Monumento a Rui Barbosa	10:000\$000	10:000\$000	—\$—
Aquisição de Automoveis	90:000\$000	90:000\$000	—\$—
Aquisição de Material para os Ginasios	120:000\$000	120:000\$000	—\$—
Aquisição de Material para o Ensino Agronomico	30:000\$000	30:000\$000	—\$—
Chefatura de Policia	80:000\$000	80:000\$000	—\$—
Departamento de Agricultura — C/Sementes	250:000\$000	250:000\$000	—\$—
Justiça (Official de Justiça H. Gelbert)	2:100\$000	2:100\$000	—\$—
Pró Monumento a Santos Dumont	6:000\$000	6:000\$000	—\$—
Construção de Armazens no Porto de Paranaguá	760:000\$000	760:000\$000	—\$—
Bonificação de 5\$000 por saca de Café Exportada pelo Porto de Paranaguá	1.000:000\$000	1.000:000\$000	—\$—
TOTAL	2.467:960\$000	2.467:960\$000	—\$—
RESUMO			
Poderes do Estado	1.436:576\$000		
Credito Suplementar	1:000\$000	1.437:536\$000	
Secretaria do Interior e Justiça	15.311:785\$200		
Credito Suplementar	283:253\$900	15.595:041\$100	
Secretaria de Fazenda, Industria e Comercio	15.845:465\$800		
Credito Suplementar	990:000\$000	16.835:463\$800	
Secretaria de Obras Publicas, Viação e Agricultura	8.691:635\$000		
Credito Suplementar	1.676:000\$000	10.367:835\$000	
Creditos Especiais		2.467:960\$000	
TOTAL	46.743:838\$900		

B

J. Charlier
Contador Interino

Mario Costa
Diretor





DIVIDA FUNDADA EXTERNA

A divida externa do Estado, é representada pelo emprestimo de 1928, do qual foram intermediarios os banqueiros Lazard Brothers & C.º de Londres, e pelos chamados emprestimos franceses, contraídos em 1905, 1913 e 1917, e cujo resgate ficou a cargo dos referidos Lazard Brothers & C.º, em poder dos quaes foram deixadas para esse fim £s. 732.000, da serie esterlina da-que-la operação.

O emprestimo de 1928, que em 31 de Dezembro de 1935, se achava representado pela quantia de 76.124:400\$000, correspondente a £s. 951.500.0.0 ao cambio prefixado de 40\$000 a libra e de \$ U/S. 4.642.000.000 ao cambio de 8\$200 o dolar, foi reduzido de 18.730:600\$000, pelo resgate de obrigações feito de acôrdo com o plano aprovado pela Comissão de Estudos Economicos e Financeiros do Ministerio da Fazenda e já do conhecimento dos senhores Deputados através da minha mensagem de setembro do ano passado.

Em consequencia dessas operações a divida externa do Estado, que figurava no balanço geral de 31 de Dezembro de 1935 com a cifra de 82.608:713\$400, apresenta-se em 31 de Dezembro de 1936 com apreciavel redução, como se vê da demonstração seguinte:

Emprestimos de 1905, 1913 e 1917	6.374:713\$400
Emprestimos de 1928	57.503:400\$000
	<hr/>
	63.878:113\$400

Assim, a circulação da serie esterlina, cujo capital era de £s. 1.000.000, está atualmente reduzida a 700.200 librás e a da serie em dolares, representada inicialmente por U/S \$ 4.860.000, é hoje de \$ 3.597.000.

Comparando a existencia anterior, de ambas as series, com a atual, verificam-se os seguintes valores resgatados:

Serie de £s. 1.000.000:

Circulação em 31-12-1935	£s.	951.500
Circulação atual	"	700.200

<i>Resgate efetuado</i>	£s.	251.300
-------------------------	-----	---------

Serie de U/S \$ 4.860.000:

Circulação em 31-12-1935	\$	4.642.000
Circulação atual	\$	3.597.000

<i>Resgate efetuado</i>	U/S	\$ 1.045.000
-------------------------	-----	--------------

O decreto n.º 23.829, de 5 de Fevereiro de 1934, que estabeleceu o plano de pagamento das dividas externas nacionaes, segundo as possibilidades das unidades devedoras, está sendo rigorosamente cumprido pelo Estado.

A ultima prestação, vencida a 15 de Março deste ano, foi pontualmente paga, dispondo o Tesouro dos recursos necessários para atender ao pagamento da proxima prestação a vencer-se a 15 deste mês.

Em consequencia da pontualidade demonstrada no resgate dos nossos compromissos externos, os titulos dessa divida subiram de cotação, passando de 21% em fins do ano passado, a serem cotados a 32 e até 34%, nas bolsas de Londres e Nova York.

O anexo que representa as responsabilidades do Estado, expõe claramente a situação dos nossos empréstimos externos.

DIVIDA FUNDADA INTERNA

A divida consolidada interna do Estado apresenta-se no balanço do exercício findo com o saldo de 94.207:000\$000 contra o de 94.287:500\$000 do periodo anterior. Houve, pois, a redução de 80:500\$000.

Os titulos em circulação estão representados nas seguintes cifras:

Apólices do Porto	62.000\$000
Idem de Consolidação	89.111.200\$000
Idem da 4. ^a emissão	33.800\$000
Emprestimo Interno	5.000:000\$000
	<hr/>
	94.207:000\$000

O resgate das antigas emissões está sendo feito em encontros de contas com devedores do Estado, pelo que os saldos em circulação encontram-se bem reduzidos no exercício em curso.

PATRIMONIO DO ESTADO

O Estado tem bens em valôr muito superior aos que se acham escriturados.

Compreendendo a necessidade de corrigir essa lacuna da ordem administrativa, o Governo designou uma comissão chefiada pelo Engenheiro Civil, Adriano Gustavo Goulin para proceder ao levantamento geral dos bens pertencentes ao Estado, com as respectivas classificação e avaliação.

Como essa comissão não conseguiu levar a térmo a tarefa que lhe fôra cometida, por falta de verba para esse fim, sugeriu a Secretaria da Fazenda que esse serviço fosse confiado às exatorias fiscais, sugestão que me pareceu perfeitamente exequível e que será posta em execução ainda este ano.

Sómente com os seus bens competentemente relacionados, poderá o Estado ter uma escrita patrimonial perfeita, em que tudo que lhe pertence esteja devidamente escriturado pelo seu justo valôr, de maneira que o ativo patrimonial seja, tanto quanto possível, a expressão da realidade.

A contabilidade patrimonial é uma necessidade que se impõe á bôa ordem administrativa.

Não se compreende que o Estado desconheça os elementos que constituem o seu patrimonio, contentando-se com as cifras sedutoras em que êle é expresso, sem contido saber quais os bens que elas representam.

Sem uma escrita especial, auxiliada pelas contabilidades parciais dos diversos departamentos administrativos, aos quais competiria o registro analítico dos bens dependentes dessas repartições, que seria anualmente enviado, em síntese, á contabilidade central, com as respectivas alterações de valôr, jamais se terá um balanço geral do ativo e passivo, que seja a expressão real da situação economico-financeira do Estado.

RESUMO DO BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 1936

Historico	Ativo	Passivo
Próprios do Estado — Imóveis	160.155:859\$900	
Valores pertencentes ao Estado	14.541:577\$000	
Diversas Contas	70.485:614\$700	
Contas de Compensação	989.103:744\$100	
DIVIDA CONSOLIDADA:		
a) — Interna	94.207:000\$000	
b) — Externa	68.878:113\$400	158.085:113\$400
Diversas Contas		40.860:293\$300
Contas de Compensação		989.103:744\$100
Dívida Interna amortizada	840:800\$000	
Saldo do Exercício de 1935	9.098:232\$400	
Saldo do Exercício de 1936	7.676:938\$300	
Patrimônio Líquido	28.621:633\$700	46.237:644\$900
	<hr/>	<hr/>
	1.234.266:795\$700	1.234.266:795\$700

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO

Como consequencia do “Emprestimo de Consolidação e Uniformização da Dívida Interna”, foi criada a Caixa de Amortização, na conformidade do Dec. n.º 194 de 1.º de Fevereiro de 1934, a qual funciona em uma das salas da Secretaria da Fazenda e superintende todos os serviços dèssa operação de crédito.

Preenchendo as suas finalidades, a Caixa vêm mantendo em perfeita ordem os seus serviços, não só no que diz respeito á sua escrituração, como também nas relações que mantem com o Tesouro do Estado e com o Banco do Paraná, por intermédio do qual realiza as suas operações.

Ó imposto denominado de “Reajustamento Economico”, destinado a fazer face aos serviços de amortizações e juros do “Em-

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Demonstrativo da Responsabilidade do Estado do Paraná durante os exercicios de 1930 a 1936.

	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936
DIVIDA PASSIVA CONSOLIDADA							
Emprestimo Externo Consolidado	77.168:400\$000	76.124:400\$000	76.124:400\$000	76.124:400\$000	76.124:400\$000	76.124:400\$000	57.503:400\$000
Emprestimo Externo de 1909, 1913 e 1917	23.377:213\$470	6.484:313\$310	6.484:313\$310	6.484:313\$310	6.484:313\$310	6.484:313\$400	6.374:713\$400
Portadores de Apólices	14.653:800\$000	14.653:800\$000	14.653:800\$000	14.653:800\$000	379:482\$300	251:100\$000	33:800\$000
Portadores de Apólices das Obras do Porto	6.025:000\$000	6.025:000\$000	6.016:000\$000	6.016:000\$000	200:000\$000	150:000\$000	62:000\$000
Emprestimo Interno Consolidado do Governo Federal	5.000:000\$000	5.000:000\$000	5.000:000\$000	5.000:000\$000	5.000:000\$000	5.000:000\$000	5.000:000\$000
Apólices de Consolidação	—	—	—	—	81.933:800\$000	88.983:400\$000	89.111:200\$000
TOTAL	127.227:413\$470	103.290:513\$310	103.281:513\$310	103.281:513\$310	170.121:093\$010	178.838:213\$400	138.085:113\$400
DIVIDA FLUTUANTE							
Letras a Pagar	64.000:832\$418	62.633:912\$338	61.823:993\$395	60.309:905\$225	12.951:023\$274	10.572:142\$300	10.304:273\$000
Contas a Pagar	11.808:308\$397	11.672:288\$172	9.974:670\$345	8.084:093\$393	5.112:785\$436	4.501:132\$700	7.189:708\$400
Vencimentos de Fundamentos	6.124:273\$398	4.875:483\$789	3.833:683\$333	—	—	—	—
Juros devidos ao Banco do Brasil	4.179:023\$197	5.927:303\$197	7.563:973\$364	8.623:397\$388	1.750:082\$103	1.750:082\$103	—
Governo da União	—	—	2.000:000\$000	1.831:657\$323	—	1.530:688\$298	—
Estrada de Ferro Oeste do Paraná	1.893:433\$333	1.408:801\$233	1.831:657\$323	1.602:841\$948	1.530:688\$298	1.530:688\$298	1.530:688\$300
Apólices de Consolidação Sorteadas	1.635:400\$000	1.635:400\$000	1.510:200\$000	1.429:582\$700	—	9:400\$000	9:400\$000
Depósitos	1.246:631\$489	1.238:98:48630	223:408\$330	393:322\$350	630:894\$130	199:743\$400	10:000\$000
Banque Privé (Renda Juros de 5% ao ano)	912:590\$302	994:49:48336	994:49:48336	994:49:48336	1.293:303\$235	1.366:013\$900	194:882\$700
Seguro de Vida	903:627\$318	834:427\$473	521:210\$239	1.184:323\$218	1.293:303\$235	1.480:530\$000	1.470:814\$500
Leon Israel & Cia.	572:381\$370	767:000\$000	638:000\$000	523:210\$239	1.293:303\$235	1.480:530\$000	1.117:761\$300
Apólices do Porto Sorteadas e não Resgatadas	767:000\$000	396:371\$300	396:090\$380	396:090\$380	—	—	—
Banco Francis e Italiano	388:371\$300	—	297:107\$100	—	333:084\$100	—	—
Governo Federal — C/Interventoria	—	136:487\$973	—	—	—	—	—
Professores Federais	136:487\$973	126:773\$846	131:774\$938	138:618\$381	134:076\$385	165:362\$300	159:447\$300
Caixa de Beneficencia	126:773\$846	3.035:600\$000	2.276:706\$000	2.739:290\$000	2.280:600\$000	2.280:600\$000	2.280:600\$000
Ações do Banco do Estado a Integralizar	3.035:600\$000	147:353\$910	177:103\$910	199:833\$910	232:833\$910	232:833\$910	281:354\$900
Fundo de Reserva do Seguro de Vida	113:603\$910	97:873\$467	100:841\$932	109:323\$147	113:305\$382	113:193\$300	113:193\$300
Montepio dos Magistrados	93:507\$178	23:812\$336	25:353\$444	549:356\$348	—	—	—
Governo Provisorio	—	27:423\$312	27:423\$312	27:423\$312	—	—	—
Quilates de Fiscalização	27:423\$312	—	—	—	—	—	—
Recuperação a Liquidar	702:603\$693	—	—	—	—	—	—
Gratificação Pro Labore do Conselho Nacional do Café	8:533\$334	—	—	—	—	—	—
Lesard Brothers & Cia. — C/Suprimento	7:000\$000	—	—	—	—	—	—
Isapolos	8:533\$334	—	—	—	—	—	—
Caupêes	2:250\$000	—	—	—	—	—	—
Finanças	7:000\$000	—	—	—	—	—	—
Banco de Curitiba — C/Comentação	2:250\$000	—	—	—	—	—	—
Preis a Pagar	—	481:023\$300	418:839\$400	413:839\$400	131:827\$330	57:733\$300	62:361\$300
Governo Federal — C/Corrente	2.000:000\$000	1.983:748\$300	1.973:653\$300	144:183\$208	367:434\$120	—	—
Sindicato de Madeira do Brasil	—	—	—	—	—	—	—
Hildebrando de Souza Araújo	561:413\$330	—	—	—	—	—	—
Assistencia Social	—	—	—	—	—	—	—
Associação dos Funcionarios Publicos	—	—	—	—	—	—	—
Construção da Escola de Aprendizizes Artificias	—	—	—	—	—	—	—
Prêmios de Apólices de Consolidação	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	100.713:040\$238	89.035:812\$721	98.035:374\$333	90.217:308\$342	28.780:773\$338	22.733:457\$300	23.152:537\$300
TOTAL GERAL	227.940:453\$718	207.386:323\$031	206.376:887\$363	198.488:823\$252	198.902:771\$348	199.654:670\$700	161.277:651\$200

OBSERVAÇÃO: — A divida flutuante aparece alterada em relação ao ano anterior, devido o aumento no titulo "Contas a Pagar", em consequencia do Reajustamento feito com os credores da Estrada de Ferro Riozinho-Guarapuava, que regularizaram seus creditos para serem liquidados oportunamente.

J. Charlier
Contador Interino

VISTO:
Mario Costa
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Balço Geral do Estado do Paraná Exercício de 1936

ATIVO		
I — Próprios do Estado		
Imoveis	22.907:946\$700	
Terras devolutas	80.308:422\$400	
Abastecimento da Rêde de Agua e Esgotos	24.560:840\$200	
Porto de Paranaguá	32.222:650\$600	159.999:859\$900
<hr style="border-top: 1px solid black;"/>		
II — Valores pertencentes ao Estado		
Veículos e Semoventes	968:586\$200	
Móveis e Utensílios	2.229:076\$000	
Material de Bombeiros	325:017\$000	
Material Belico	366:322\$300	
Apolices Federaes	44:500\$000	
Títulos em Carteira	1.082:400\$000	
Ações do Banco do Paraná	7.602:000\$000	
Deposito na Caixa de Liquidação de Gray	1.661:912\$500	
Almoxarifado do Estado	241:763\$000	14.541:577\$000
<hr style="border-top: 1px solid black;"/>		
III — Devedores Diversos		
Coletorias	1.708:089\$100	
Responsaveis	464:470\$100	
Letras a Receber	408:888\$000	
Divida Ativa	14.213:749\$300	
Contas Correntes	5.832:002\$700	
Bancos e Correspondentes	23.846:852\$300	
Instalações Domiciliarias	1.221:490\$800	
Construção da Estrada de Curitiba a Jacarezinho	263:251\$500	
Professores Federaes	110:178\$200	
Caixa de Construção	331:494\$000	
Serviço de Agua e Esgotos de Ponta Grossa	103:870\$800	
Caixa	84:797\$500	
Contas a Reajustar	163:585\$200	
Construção de um Pavilhão na Polícia Militar	336\$500	
Departamento do Café	2:000\$000	
Estrada de Ferro Oeste do Paraná	3.995:919\$600	
Pequenos Devedores	80:999\$000	
Promissórias a Receber	1.857:217\$800	
Prefeituras e Municipios	15.796:337\$100	
Vila dos Funcionarios	156:000\$000	70.641:614\$700
<hr style="border-top: 1px solid black;"/>		
IV — Contas de Compensação		
Estampilhas	6.156:581\$200	
Coletorias C/Estampilhas	1.053:426\$500	
Selos de Beneficencia	675:573\$400	
Coletorias C/Selos de Beneficencia	1.429:902\$100	
Selos de Reajustamento Economico	953.413:342\$000	
Coletorias C/Selos de Reajustamento Economico	10.258:510\$000	
Selos de Vendas Mercantis	10.554:400\$000	
Coletorias C/Selos de Vendas Mercantis	2.754:481\$000	
Valores Depositados	2.807:547\$000	989.103:744\$100
<hr style="border-top: 1px solid black;"/>		
		1.294.288:795\$700

PASSIVO

I — Divida Consolidada

A — INTERNA

Apolices do Porto

A

Apólices de Consolidação	89.111:200\$000	
Portadores de Apólices da 4. ^a Emissão	33:800\$000	
Empréstimo Interno	5.000:000\$000	94.207:000\$000
B — EXTERNA		
Empréstimo de 1905, 1913 e 1917	6.374:713\$400	
Empréstimo de 1928	57.503:400\$000	63.878:113\$400
<hr/>		
II — Diversas Contas		
Apólices de Construção	37:000\$000	
Montepio dos Magistrados	118:991\$900	
Associação dos Funcionários Públicos	6:652\$900	
Caixa de Beneficência	159:547\$500	
Depósitos	184:882\$700	
Juros de Apólices de Construção	20:719\$600	
Letras a Pagar	10.304:273\$000	
Contas a Pagar	7.188:708\$400	
Apólices a Resgatar	175:600\$000	
Vencimentos de Dezembro de 1936 pagos em Janeiro de 1937	529:943\$500	
Seguro de Vida dos Funcionários Públicos	1.117:781\$600	
Salários não Reclamados	2:358\$100	
Prés a Pagar	62:581\$300	
Contas Processadas	4.590:845\$000	
Premios do Empréstimo Interno de Consolidação ..	6:400\$000	
Portadores de Apólices de Consolidação Sorteadas	10:000\$000	
Fundo de Reserva do Seguro de Vida	281:354\$000	
Creditos em Suspenso	12:413\$200	
Departamento de Agricultura C/Sementes e Reprodutores	27:346\$000	
Leprosario São Roque	11:322\$600	
Aquisição de Automoveis	19:338\$000	
Aquisição de Materiaes para os Ginasios	105:500\$000	
Bonificação do Café	776:710\$000	
Assistencia Social	439:312\$100	
Fundo de Amortisação do Empréstimo Interno — 1934	1.752:043\$500	
Fundo de Amortisação do Empréstimo Interno — 1935	8:325\$000	
Fundo de Amortisação do Empréstimo Interno — 1936	43:553\$000	
Porto de Paranaguá — Conta Especial	625:000\$000	
Ações do Banco do Estado do Paraná a Integralizar	2.280:600\$000	
Juros, Descontos e Premios	9.951:253\$400	
Dívida Interna Amortizada	840:800\$000	
Saldo do Exercício Financeiro de 1935	9.093:252\$400	
Saldo do Exercício Financeiro de 1936	7.676:938\$800	
Patrimônio	28.621:653\$700	87.097:938\$200
<hr/>		
III — Contas de Compensação		
Emissão de Estampilhas	7.210:007\$700	
Emissão de Selos de Beneficência	2.195:473\$500	
Emissão de Selos de Reajustamento Economico	963.671:852\$000	
Emissão de Selos de Vendas Mercantis	13.308:861\$000	
Valores em Custódia	2:202\$600	
Titulos em Fiança	311:800\$000	
Titulos em Caução	2.485:045\$300	
Espolios	8:500\$000	989.103:744\$100
		<hr/>
		1.234.286:795\$700

J. Charlier
Contador Interino

VISTO:

Mario Costa
Diretor.

B

prestimo de Consolidação” tem tido ascendente arrecadação, como evidencia a exposição que se segue:

1934	2.914:743\$986
1935	5.073:582\$600
1936	6.491:920\$700
1937 até 30 de junho	3.361:443\$600
	<hr/>
	17.841:690\$900

Por intermédio do Banco do Estado do Paraná, a Caixa de Amortização já efetuou os seguintes pagamentos:

Premios do 1.º ao 6.º sorteio	2.377:045\$000
Juros dos cupons n.ºs. 1 a 6	13.339:755\$000
Resgate, ao par, de 5.025 apólices do valôr de Rs.: 200\$000 cada uma, do 1.º ao 6.º sorteio	1.005:000\$000
Comissão, etc.	20:069\$500
	<hr/>
TOTAL, Rs.	16.741:869\$500

A escrituração da Caixa de Amortização é feita por funcionarios do Departamento de Contabilidade do Estado, visto como o decreto que a criou e o regulamento que lhe deu organização, não cogitaram dos funcionários sob cuja direção deveria ficar a sua contabilidade.

Acontece, porém, que o desenvolvimento economico do Estado, trouxe, como era natural, o aumento de volume dos serviços publicos e, conseqüentemente, maiores encargos á contabilidade central. Sobrecarrega-la ainda com a escrituração da Caixa, órgão autonomo, que terá de ser mantido por um largo periodo de tempo, que atingirá o ano de 1963, se me afigura desafortado sobre ameaçar a boa marcha de ambos os serviços, cuja tendencia é para crescer.

Bem avisado, pois, seria dotar a Caixa de funcionários próprios não só para que se mantenha rigorosamente em dia a sua escrita, como tambem para desafogar o Departamento de Conta-

bilidade de encargos que lhe tomam o tempo de mais de dois funcionários.

Nesse sentido, submeterei á apreciação d'essa ilustre Assembléa um projéto de lei, dotando a Caixa de funcionários proprios, visto que o imposto destinado ás finalidades do "Emprestimo de Consolidação." suporta perfeitamente esse ónus, relativamente pequeno.

EMISSÃO DE APÓLICES

Autorizada pelos decretos federal n.º 23.598, de 18 de dezembro de 1933 e estadual n.º 194, de 1.º de fevereiro de 1934, a "Emissão de Consolidação e Uniformização da Divida Interna do Estado" foi destinada, como já é do conhecimento d'essa Assembléa, ao pagamento da divida flutuante e á conversão da interna fundada.

Essa emissão, cujo limite de 90.000:000\$000 ficou garantido pelo Governo da União, foi feita em cautelas provisórias, representativas de 450.000 apólices do valór nominal de Rs.:... 200\$000 cada uma, com os juros de 5% ao ano.

De conformidade com a lei n.º 59, de 29 de outubro de 1936, já se acham impressas parte das apólices correspondentes aquelas cautelas provisórias, as quais estão sendo assinadas pelos procuradores designados pelo Secretario da Fazenda, de acórdo com o que determina a mesma lei, e serão entregues, oportunamente, aos interessados, em substituição aos titulos provisórios.

Com a designação de um numero regular de funcionarios para assinar os n'ovos titulos, é provavel que os mesmos possam entrar em circulação até o fim deste ano.

PROCURADORIA DA FAZENDA

A lei n.º 98 de 22 de Dezembro de 1936 introduziu varias modificações no Departamento da Procuradoria da Fazenda, de molde a que melhor possa atender as suas multiplas atribuições de órgão consultor e juridico da Secretaria da Fazenda.

Os resultados práticos d'essa reorganização já se fizeram sentir neste exercicio, não só no volume de papeis e processos atendidos, como tambem na cobrança da divida ativa do Estado.

No exercício de 1936 a Procuradoria arrecadou
811:558\$900 e no primeiro semestre deste ano 332:985\$670.

Promove atualmente o Departamento da Procuradoria uma revisão da dívida ativa de todo o Estado, no sentido de apurar os débitos cobráveis e cancelar os demais.

CONVENIO CAFEIRO

É, ainda, o Café, dos produtos brasileiros de exportação, o mais importante, e por isso mesmo, o que maior atenção requer dos poderes públicos.

Possuindo o nosso Estado as mais ricas terras apropriadas à sua cultura, onde o cafeeiro tem um rendimento economico ja-mais igualado, constitue essa lavoura um dos mais sólidos pilares da riqueza paranaense.

É natural, portanto, que o estudo das questões que lhe são peculiares, empolguem a nossa atenção de administradores e que ansiosos procuremos a solução das dificuldades que embaraçam o seu comercio.

Enfrenta o café, no momento, uma situação delicadissima pela alarmante desproporção entre a produção e o consumo.

A posição estatística desse nobre produto, segundo os dados fornecidos pelo Departamento Nacional do Café, será a seguinte em 30 de junho de 1938:

Existencia presumivel em 30 6 37	9.383.347
Estimativa aproximada da safra 1937 1938	26.074.000
Total	<u>35.457.347</u>

A deduzir:

Exportação provavel em 1937 1938	15.000.000
Excesso presumivel em 30 6 1938	<u>20.457.347</u>

Para esse enorme desequilíbrio é que se procura uma solução.

Até hoje as medidas executadas não se despiram do caráter de emergência, na impossibilidade de se achar uma solução integral, que seria a colocação de tudo o que produzimos. Afastada essa possibilidade, as sobras acumuladas têm sido incineradas para estabelecimento do equilíbrio estatístico da produção. É essa a política que vem sendo seguida há anos, e que o último Convenio dos Estados Cafeeiros, resolveu manter, como a menos má das soluções encontradas.

O Convenio a que me refiro, esteve reunido no Rio de Janeiro no período de 30 de Abril a 1 de Maio deste ano, sob a presidência do Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Artur de Souza Costa, tendo mantido não só as finalidades do Departamento Nacional do Café, como a política de economia dirigida que vinha sendo observada em relação a esse produto, e que vigorará até 31 de Dezembro de 1938, depois do que se restituirá ao mercado e à lavoura, plena liberdade.

De acordo com as resoluções do Convenio será estabelecido o equilíbrio estatístico da produção relativamente à safra de 1937|1938, pela subtração ao mercado de 70% da respectiva safra. Para isso foi ela dividida em três séries denominadas "DNC", "R" e "L", correspondentes, a primeira e a última a 30% do volume total da safra e a outra a 40%.

A série "DNC" é a antiga quota de sacrificio e será entregue compulsoriamente ao Departamento pela lavoura ao preço de 5\$000 por saca de 60 kilos. Das duas outras a quota "R" (retida) será adquirida pelo Departamento, no interior, ao preço de 65\$000 a saca de 60 kilos e os cafés da série "L" constituirão a quota de livre comercio e exportação, de conformidade com o Regulamento de Embarques.

Para os Estados que, como o nosso, não tem cafés retidos, porque exportaram normalmente a sua produção, a queima de 70% da safra redundaria em considerável prejuizo á sua economia e ás finanças publicas.

Pelas estimativas feitas, a safra paranaense de 1937|1938 será superior a 800.000 sacas. Feitos os calculos sobre essa base

de produção ficariam para a livre disposição do comercio apenas 30% do montante da safra, ou sejam, 240.000 sacas.

Está visto, que a execução rigorosa do plano aprovado pelo Convenio, traria aos Estados nas condições do nosso, os sérios inconvenientes apontados. Reconhecido o fato, o Convenio permitiu o aumento do volume da quota de livre comercio onde se verifique deficiência de disponibilidade a oferecer ao mercado, evitando-se deste modo, que a exportação de cada Estado sofra diminuição. Neste caso, para se manter o equilibrio estatístico, o Departamento adquirirá nos Estados de S. Paulo ou Rio, as quantidades equivalentes ás liberadas.

Assim, poderá o Paraná exportar toda a sua produção como até aqui tem acontecido, desde que para ela encontre colocação.

O Convenio proibiu até 31 de Dezembro de 1939, sob pena de multa de 5\$000 por pé, o plantio de cafeeiros em todo o territorio nacional, resalvando, porém, d'essa proibição, os Estados cujas plantações não tenham atingido a 50 milhões de cafeeiros, exceção que beneficia o nosso Estado que conta, apenas, com 39 milhões de arvores, segundo o ultimo censo realizado.

Como vêm os Snrs. Deputados, as resoluções do Convenio, atenderam, na medida do possivel, os interessés paranaenses.

Ninguém poderia esperar mais, diante das dificuldades de frontadas pelo nobre produto.

Como os demais Estados, continuamos a suportar os sacrificios que o plano economico de sua defesa exige.

As condições de grande produtividade da nossa lavoura, collocam-na contudo, em singular situação economica, oferecendo ao fazendeiro paranaense lucros compensadores, não obstante, os pesados encargos impóstos pela politica de valorização.

A delegação paranaense ao Convenio dos Estados Cafeeiros foi constituída dos Srs. Dr. Oscar Borges, Secretario da Fazenda, como representante do Governo do Estado, Dr. João de Oliveira Franco, pelo comercio e Dr. João de Aguiar, pela lavoura, desempenhando-se honrosamente da missão que lhe fôra cometida.

Fato assaz honroso para o nosso Estado foi a recondução do nosso ilustre conterraneo, Dr. João de Oliveira Franco, á presidencia do Conselho Consultivo do Café.

O Convenio do Café será oportunamente enviado á consideração d'essa ilustre Assembléa, como determina a Constituição Política do Estado, para que sejam tomadas as providencias legislativas necessarias á sua execução.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ

É assaz notavel o desenvolvimento que vem tomando o Banco do Paraná depois do periodo de sérias dificuldades por que passou logo nos primeiros anos de sua existencia.

Comprometido o seu capital por operações ruinosas, que o absorveram por completo, sem crédito para poder operar e, portanto, prosseguir nas suas primordiais finalidades, teria esse estabelecimento paranaense de crédito, cerrado fatalmente as suas portas, se o Governo, seu principal acionista, não o tivesse amparado, e dado todo o apoio de que necessitava a sua diretoria, no sentido de lhe restaurar o crédito e reergue-lo da situação penosa em que se achava.

Felizmente, as medidas tomadas surtiram bom resultado e hoje, o Banco do Paraná, é um estabelecimento em franca prosperidade, como o atesta o movimento das suas diversas contas.

Em Dezembro de 1931 os seus depósitos em conta corrente eram de 11.007:107\$220 contra 21.101:711\$200 em 30 de Junho do corrente ano. Em relação ao mesmo periodo, todos os títulos accusam aumento considerável, que foi de 4.991:154\$370 na carteira de cobranças e de 2.766:966\$140 na de descontos.

Os imoveis do Banco que em 1931 atingiam o valor de..... 2.770:918\$030, subiram para 8.368:976\$900 em 30 de Junho deste ano.

O saldo em Caixa, no encerramento do primeiro semestre de 1937, ascendia a 7.914:336\$800; os valores depositados em cus-

todia atingiram a soma de 8.960:762\$100 e os caucionados, representativos de empréstimos em conta corrente, 2.002:347\$900.

Além de uma ótima rede de correspondentes no interior do Estado, mantém o Banco filiais em Jacarésinho e Paranaguá, as quais vem prestando relevantes serviços ao comércio e à lavoura, financiando principalmente as lavouras de café e algodão.

É de salientar também a cooperação do Banco com o Governo do Estado, cujos serviços de natureza bancária são feitos por seu intermédio, inclusive o pagamento de juros e prêmios das apólices do Empréstimo de Consolidação e Uniformização da Dívida Interna do Estado.

É, pois, motivo de orgulho para o meu Governo e para o Paraná, o desenvolvimento já atingido pelo Banco paranaense, que se destina a ser uma das grandes forças propulsoras das atividades econômicas do Estado.

Secretaria de
Obras Publicas, Viação
e Agricultura

Na Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, cuja ação tem sido profícua, desenvolve-se, como é sabido, parte de notável relevância, do meu programa de governo.

Foram de grande monta os serviços executados no ano que se findou, por esse departamento da administração estadual.

A importância dos serviços realizados, infere-se da ligeira enumeração que passo a fazer, das obras construídas e em construção e demais serviços afetos aos diversos departamentos especializados. Desde o seu desmembramento da Secretaria da Fazenda, tem exercido o cargo de Secretário de Obras Públicas, Viação e Agricultura o engenheiro civil Dr. Angelo Lopes, que tem sido um auxiliar notável na execução de meus planos de administração.

OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO

EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Dando prosseguimento ao programa de construções e melhoramentos de edifícios públicos, traçado no início de minha gestão, foram ampliados e reformados diversos prédios, assim como incorporados outros, ao Patrimônio Estadual.

Tenho dedicado especial interesse á construção de prédios escolares.

Além das construções de que tratei em mensagens anteriores, obras importantíssimas foram concluídas em 1936 quando também, outras foram iniciadas e estão hoje quasi concluídas.

A Escola Normal de Jacarézinho, cuja construção está em vésperas de acabamento, será dentro em pouco, o mais moderno e aperfeiçoado estabelecimento de ensino secundário do Estado.

Essa obra, cujo projeto foi executado com obediencia ás mais modernas conquistas da pedagogia e da arte de construir, custará ao Estado, setecentos contos de réis, aproximadamente.

O prédio do Ginásio Regente Feijó, de Ponta Grossa, está sendo ampliado com a construção de uma nova ala, para mais seis salas de aulas. Com essa construção, que já está quasi ultimada, será despendida a importancia de cinquenta e cinco contos de réis, aproximadamente.

Acham-se concluídas as construções de prédios para grupos escolares de Ponta Grossa (subúrbio de Oficinas), Contenda, Caiobá, Pinhalão, Londrina, Sertanópolis, Rolândia e Nova Dantzig, e em construção os excelentes prédios de Palmeira com seis, Rio Negro com doze, Lapa com seis, Iratí com doze, Araucária com seis, Campo Largo com seis e Antonina, Quatiguá, Jataí, Sengés e Vencesláu Braz todos com quatro salas de aula.

Nada menos de onze prédios escolares estão em construção, mais alguns serão iniciados ainda este ano e, com a sua conclusão, dotarei a instrução pública do Estado, de edificios na altura do seu já elevado gráu de desenvolvimento.

Determinei a reforma e ampliação de vários prédios escolares, figurando entre os que se acham em serviços, os grupos escolares de Ribeirão Claro, Santo Antonio da Platina, Cambará e o Dr. Xavier da Silva, nesta Capital.

No ano de 1936, continuei a aparelhar o ensino profissional, com a construção de novos edificios.

Introduzi diversos melhoramentos nos prédios da Escola de Trabalhadores Rurais "Dr. Carlos Cavalcanti" e Escola de Pes-

cadores "Antonio Serafim Lopes", cujas construções datam de 1935.

Determinei a construção de dois novos e importantes edifícios, nos quais serão instaladas mais duas escolas profissionais, com programas identicos aos da já existente. Uma em Ponta Grossa, que abrigará sessenta alunos internos e quantidade igual de externos, e outra em Castro com a mesma capacidade. Essas duas obras, que estão concluídas e mobiliadas, custaram ao Estado a importancia de cerca de duzentos contos de réis.

Outros prédios para escolas rurais deverão ser construídos em diversas localidades do Estado.

Devo salientar, também, três prédios que se acham em construção em Fóz do Iguaçu, um destinado ao luxuoso hotel para turistas, outro á Prefeitura, ao Forum e á Coletoria Estadual e outro para a Delegacia e Cadeia. Para essas obras foram contratados os serviços técnicos da Companhia Nacional de Construções (Wayss e Freytag), os quais montarão em setecentos contos mais ou menos.

Em Rio Negro acha-se em construção o prédio que abrigará a Estação de Viticultura e Enolôgia, edificio êsse que será dotado de todos os requisitos exigidos pela agricultura racional.

Para a consecução dessa obra, despenderá o Estado a importancia de cem contos de réis.

Foram construídos três pavilhões, tipo Carville, no Leprosário São Roque.

Determinei o inicio da construção do pavilhão principal do Quartél da Força Pública.

Diversos melhoramentos foram introduzidos no Hospital Osvaldo Cruz, no qual foi iniciada a construção de um pavilhão especial para tuberculosos.

No Sanatório São Sebastião, acha-se em construção mais um pavilhão, assim como, diversos melhoramentos estão sendo introduzidos nos pavilhões existentes.

O Asilo São Vicente de Paulo, passou por diversas reformas e foi construído, no mesmo, um reservatório de 10.000 litros para água.

Determinei a construção de um prédio para a Coletoria de Sengés, o qual já se acha concluído.

Diversos prédios para postos fiscais, foram construídos no ano de 1936.

ESTRADAS:

Tem sido objeto de constante preocupação de meu Governo, o desenvolvimento do programa que tracei, ao iniciar a minha administração, da construção de novas estradas.

Dentro de pouco tempo farei incorporar a rede rodoviária do Paraná, a importantíssima estrada de Curitiba-Jacarézinho, com ramais para São Jerônimo e Cornélio Procópio.

Será incorporada, também, a estrada que liga Cerro Azul à Pedra Preta.

Proseguem, com a maior intensidade possível, os trabalhos dessas duas rodovias, que ligarão ainda este ano, os grandes centros produtores do Estado a esta Capital e aos portos de mar.

Na estrada de Curitiba-Jacarézinho, ficaram concluídos, no ano de 1936, mais vinte e um quilômetros, com os quais se despendeu a importância de quinhentos e setenta e oito contos de réis.

Foi construída no ano de 1936, a estrada que liga Ibiaporá à rodovia Jataí-Sertãoópolis, com a extensão de treze quilômetros.

A estrada que liga Ivaí a Cândido de Abreu, está sendo reconstruída e já se acha concluído o trecho compreendido entre Ivaí e Terezinha.

Acha-se em construção uma nova estrada entre Palmeira e São João do Triunfo.

Na estrada de Morretes a Paranaguá, foi construída uma ponte de concreto armado sobre o rio Embogoassú.

Na estrada de Santo Antonio da Platina a Bandeirantes, foram construídas pontes sobre os rios Páu d'Alho e São Lourenço, além de um grande número de obras de menor vulto.

Foram, também, construídas pontes nas estradas que se seguem: três na de Jataí-São Jerônimo, seis na de Ribeirão Claro-Jacarézinho, duas na de Carlópolis-Joaquim Távora, duas na de Guafapuava-Pitanga e duas na de Guarapuava-Fóz do Iguaçu.

Sobre o rio Iguaçu, em União da Vitória, está em construção uma grande ponte de concreto armado, com a extensão total de duzentos metros. Para essa obra de vulto, foram contratados os serviços técnicos da A. R. N. Companhia Construtora, de São Paulo, pelo valor de oitocentos e vinte contos de réis.

Acham-se, também, em vias de conclusão as pontes seguintes: sobre o Rio das Cinzas, na estrada de Cambará-Bandeirantes, com 105 metros de comprimento e sobre o Rio Jaguariaíva, na estrada de Sengés-São José da Boa Vista, com 46 metros de comprimento.

O Departamento especializado continúa, como nos anos anteriores, o serviço de revestimento de estradas do Estado.

Prosseguiram com grande intensidade os trabalhos de macadamização da estrada que liga Ribeirão Claro a Jacarézinho.

Na estrada de Ponta Grossa a Guarapuava (Serra da Esperança), ficaram concluídos alguns quilômetros de revestimento a macadam.

O serviço de revestimento a paralelepípedos na estrada de Curitiba-Antonina, continuou, sendo já de dois quilômetros o trecho revestido.

Em outras estradas estão sendo executados serviços de revestimento a saibro e pedregulho.

Tenho providenciado o aparelhamento necessário para a boa execução de tais serviços. No ano que se findou, foram importados diversos rolos compressores a vapor, scarificadores, caminhões, etc., etc.

CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Como nos anos anteriores de minha administração, os prédios públicos e as estradas de rodagem, receberam cuidadoso serviço de conservação.

Para execução desse serviço, dispoz a Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, a importância de dois mil setecentos e cinquenta e oito contos, oitocentos e noventa e sete mil e cem réis.

Ao lado de serviços gerais de conservação e por conta de suas verbas, foram executados melhoramentos de monta em prédios e estradas.

De ano para ano, melhoram as condições técnicas de nossas antigas rodovias.

VIAÇÃO FÉRREA

A Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, detentora de uma concessão estadual, inaugurou durante o ano findo, as estações de Rolândia (km. 237), Ipirorã (km. 196) e Pirianito (km. 154), a 1.º de janeiro, 1.º de julho e 1.º de agosto, respectivamente.

Com a maior regularidade vem, essa Companhia concessionária, cumprindo as obrigações contratuais.

O tráfego de cargas e passageiros vem sendo, até às estações acima enumeradas, efetuado com pontualidade.

De conformidade com o relatado em minha mensagem anterior, o Governo Federal, por intermédio da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, tomou posse do acervo da Estrada de Ferro Oeste do Paraná, mais conhecida pela denominação de Estrada de Ferro de Guarapuava, de acordo com transferência feita, por escritura pública, pelo Governo deste Estado.

Os trabalhos de reconstrução dos trechos já existentes, tiveram o seu início e acham-se em atividade intensa.

Essa ligação ferroviária que é ha muitos anos esperada, estará dentro de pouco tempo concluída.

Assim, estará o oeste ligado ao centro e portos de mar do Estado, podendo ter maior circulação a riqueza em geral, o que grandes beneficios trará não só ao erário público, como também, em maior parte, á coletividade.

PORTO DE PARANAGUÁ

O porto de Paranaguá, continua a satisfazer as suas finalidades. O movimento de cargas pelo caes, que fiz construir durante os anos de 1933 e 1934, aumenta consideravelmente. Em 1936 foi de 120.046.077 quilos o movimento de cargas que, em 1935, atingiu, sómente, a 54.471.000 quilos.

Com o fim de tornar melhor aparelhado o Porto, determinei a execução de diversas obras e aquisição de numeroso material de aparelhamento, os quais, dentro de pouco tempo, deverão ser postos em serviço. Entre as obras executadas, destacam-se as seguintes:

Construção do armazem n. 3 — obra toda de concreto armado e de tipo idêntico aos já existentes;

Construção de dois desvios férreos — com a extensão de trezentos metros cada um;

Ampliação da área calçada em frente aos armazens ns. 1 e 2;

Construção de um pavilhão para escritório do Tráfego;

Construção de uma casa para locomotiva.

Foi adquirido e já se acha em uso o seguinte material:

Uma locomotiva;

Uma máquina de empilhar café;

Um grupo motor-gerador elétrico;

Um trator para reboque de vagões.

Acha-se encomendado na Europa, o seguinte material:

Quinze vagões;

Três pontes rolantes;

Dois guindastes elétricos.

Trata-se de um moderníssimo aparelhamento, que deverá ser montado dentro de pouco tempo e que muito auxiliará o sempre crescente movimento do Porto, apesar de representar, sómente, uma pequena percentagem das necessidades. Para o movimento atual são necessários: nove guindastes, seis pontes rolantes, cinquenta vagões e duas locomotivas.

No momento, estou providenciando a execução de outras obras, que reputo de necessidade, para que o Porto corresponda a preferência que lhe vai dispensando o nosso comércio. São elas, as seguintes: um galpão com linhas férreas, para depósito de madeiras; a cobertura do pátio n.º 1; um trapiche especial para inflamáveis; algumas linhas férreas; duas caixas d'agua para duzentos e cinquenta metros cúbicos, respectivamente.

A dragagem da barra, tem constituído objeto de constantes estudos de minha parte e espero que antes de findar este ano, terei organizado um programa de ataque a essa obra, a qual é de premente necessidade para o nosso Porto.

Preocupa-me, no momento, a ampliação do cais, pois, por várias vezes, tenho constatado que o atual já é insuficiente para o grande e crescente movimento de vapores no Porto de Paranaguá.

AGUA E ESGOTOS

REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE CURITIBA

Em mensagens, anteriormente enviadas a essa respeitável Casa, tenho me referido com insistência á necessidade de se aumentar o volume d'agua aduzida, atualmente, a Curitiba.

Já foram aproveitadas todas as reservas existentes na região servida pela atual linha adutora e que ficam em nível superior ao de Curitiba.

Estão quasi concluidos os estudos cuja execução determinei, para a solução do importante problema e dentro de pouco tempo, solicitarei dessa respeitável Assembléa, autorização para despende a importancia que fôr necessária para a execução desse serviço.

RÊDE DE ESGOTOS

A rêde de água de Curitiba passou por diversas reformas no ano findo, em consequencia do serviço de pavimentação que vem sendo executado pela Prefeitura Municipal.

Durante a execução dessas reformas, o Departamento especializado introduziu diversos melhoramentos na atual rêde, que agora funciona com maior eficiência.

Em consequencia disso foi possível a execução de diversas ampliações, com o que ficaram servidas pelo preciosos liquido novas zonas desta Capital.

RÊDE DE AGUA

Em mensagem anterior, dei conhecimento a essa illustre Casa, do plano geral de melhoramento da atual rêde de esgotos de Curitiba, o qual venho pondo em prática desde o inicio da minha administração.

No ano de 1936, além de grande número de ampliações executadas na rede, foi iniciada e quasi concluída a construção de um coletor geral, em concreto armado, contratada, em concorrência pública, com a Companhia Construtora Nacional (Wayss & Freytag), pelo valor de novecentos e cinquenta e quatro contos de réis.

Como complemento desse trabalho já quasi concluído, será construída, brevemente, a estação depuradora, cujo projeto já foi executado.

SERVIÇOS DOMICILIÁRIOS

Em consequência das ampliações das redes e do aumento das construções, as instalações domiciliárias tiveram um grande movimento. Foram executados serviços correspondentes a 424 projetos em um total de mil, cento e quinze contos, novecentos e setenta e cinco mil e trezentos réis.

RÉDE DE AGUA E ESGOTOS DE PONTA GROSSA .

Tem melhorado consideravelmente, depois que passou a ser administrado pelo Estado, o serviço de agua e esgotos de Ponta Grossa.

Tenho tomado providências diversas, não só no sentido de tornar mais eficiente a antiga rede, como também, para ampliá-la de acordo com as necessidades de Ponta Grossa, cujo desenvolvimento é impressionante.

Construiu-se uma nova barragem no rio Verde, casa de máquinas, reservatório e demais dependências, para o aproveitamento de todas as sobras dos atuais mananciais, o que veio melhorar, de muito, o abastecimento da cidade.

Foi canalizado o arroio Corrientes, não só para sanear a zona cortada por esse rio, como para garantir a estabilidade do coletor final de esgotos.

Está em construção um novo reservatório de concreto armado, que se destina ao abastecimento da parte alta da cidade.

Determinei a captação e adução das águas do rio Butuquára, o que virá solucionar de maneira definitiva o abastecimento da água da cidade.

Estão encomendados na Alemanha, os tubos de aço de dez polegadas, para a linha adutora. Outras providências estão tomadas, para a realização desse útil empreendimento.

TERRAS E COLONIZAÇÃO

ALIENAÇÃO DE TERRAS

Em 1936, o movimento de vendas, legitimações e revalidações de terras, atingiu a setecentos e trinta e nove milhões, trezentos e dez mil e cento e trinta e nove metros quadrados, assim discriminados:

vendas diversas	—	142.786.556 metros quadrados
lotes coloniais	—	6.965.713 metros quadrados
legitimações	—	461.579.870 metros quadrados
revalidações	—	127.978.000 metros quadrados

COLONIZAÇÃO

Tenho procurado por todos os meios, incentivar a colonização com elementos estrangeiros selecionados.

No ano findo, visitou o nosso Estado, o Sr. Dr. Feles Moeschlin, representante da Aementziger Ausland Siedlungs Verein (Sociedade Colonizadora de Utilidade Pública — Suíça), que aqui veio em missão especial do Governo do seu país.

Escolhidas as terras o Dr. Feles Moeschlin voltou á Suíça, levando um termo de compromisso do Governo do Estado, reservando para a Sociedade, até quinhentos mil hectares de terras para fins de colonização.

Esse termo de compromisso, infelizmente, caducou, em vista do Governo Suíço, não ter conseguido a entrada de imigrantes, devido as resistências apresentadas pela Constituição de nosso país.

Diversas concessões têm sido feitas a pessoas ou empresas credenciadas com títulos de idoneidade, para promoverem a colonização.

Estão sendo feitos por esse sistema, as colonizações de Faxinal de Catanduvas, Capão Grande, Campo do Mourão e Zacarias de Góes.

Faxinal de Catanduvas, constituído de terras devolutas situadas entre Três Bicos e Cândido de Abreu, município de Reserva, está sendo colonizado pela Liga Marítima e Colonial de Varsóvia. Abrange uma área de sete mil cento e onze hectares e aí estão sendo localizados colonos polonezes e nacionais.

Capão Grande, no município de Ponta Grossa, constituído de terras aforadas que reverteram ao Estado, está sendo colonizado por japoneses.

No famoso talhão de Campo do Mourão, onde se acham localizadas as melhores terras do Estado e talvez do mundo, foram concedidos dois mil hectares de terras devolutas ao Sr. Alfredo Amaral, que em breve dará início ao serviço de colonização.

Zacarias de Góes é a riquíssima colonia que está sendo levantada em terras do Estado, concedidas a Manoel Firmino de Almeida, em Sertanópolis.

Além das já citadas, prosseguem seus trabalhos de colonização, outras empresas que operam no Estado ha vários anos.

Tarefa bem facil tem' sido a das empresas de colonização no Paraná.

Atraídos pela amenidade do clima e uberdade das terras, e ainda, pela modicidade dos impostos rurais e o preço baixo das terras, grandes levas de colonos procuram o nosso Estado, vindos não só do estrangeiro, como também, de outros Estados.

Continuarei a facilitar, dentro das nórmas constitucionais, a colonização do nosso vasto território, com a certeza de que assim, presto um serviço de vulto ao Paraná.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

No Paraná, onde sómente agora se começa a fazer alguma coisa em pról da agricultura e da pecuária e onde a feracidade prodigiosa da terra e a excelência inegualável do clima são dádivas de Deus, bem justificado é que o Governo ampare a sua população rural, que a oriente e incentive nas práticas agricolas, para que, em realidade, ocupe no Brasil a posição destacada que lhe compete.

A intensificação gradativa da produção agricola, tem sido preocupação constante de minha administração, que, não obstante as dificuldades oriundas de uma quasi absoluta ausência de aparelhamento técnico-profissional, procurou atender, dentro do

âmbito de suas possibilidades orçamentárias, ás necessidades imediatas de nossos meios rurais.

Assim, fiz distribuir pelos agricultores do Estado, trinta mil e setecentos quilos de trigo, cento e setenta e cinco quilos de sementes de linho, noventa e dois mil, quinhentos e oitenta quilos de batatas, duas mil, duzentas e cinquenta mudas de lúpulo, seis mil quilos de centeio, cinco mil e cem quilos de arroz, nove mil quatrocentos e oitenta quilos de milho, duzentos e cinquenta quilos de mamona e quinhentos e quarenta quilos de feijão.

Advertido de que, em várias zonas agrícolas, mostravam-se precárias as plantações de batata, mercê da utilização de tubérculos atacados de doenças criptogâmicas e parasitárias, providenciei a renovação das sementeiras, importando da Alemanha noventa e sete mil e quinhentos quilos de batatas selecionadas, das variedades "Konsuragis", "Edelragis", "Wekaragis", "Jubel" e "Ragis", batatas que foram distribuídas aos colonos dos municípios produtores e confiadas á terra na segunda época de plantio, com promissoras perspectivas de êxito.

Também se interessou o meu Governo pelo desenvolvimento de nossa incipiente pecuária, já adquirindo bons reprodutores para a renovação do sangue e melhoria das raças, já fomentando o renascimento de nossas indústrias pastoris.

Pelo decreto número 3.741, de 15 de dezembro transato, determinei o registo geral de todos os agricultores e criadores do Estado, providência útil e inicial para o conhecimento pleno do meio rural paranaense e para a execução de um programa de realizações compatíveis com as nossas elevadas possibilidades agrícolas e que se resume:

- 1.ª — Na instituição das inspetorias de fomentos vegetal e animal e de análises; na criação de estações fitotécnicas para as culturas de interesse imediato á nos-

- sa economia; no estabelecimento de campos de multiplicação de sementes.
- 2.º — No levantamento do cadastro rural, que dará a conhecer as condições da agricultura e da pecuária e as possibilidades dos lavradores e criadores, permitindo a identificação e classificação agrológica das terras do Estado, para o efeito de uma fixação oficial das culturas, economicamente, adaptáveis, evitando-se a prática prejudicial e dispersiva das experimentações mal orientadas.
 - 3.ª — Na divisão do Estado em circunscrições rurais, para a mais facil e imediata assistência aos lavradores e criadores, orientadas por profissionais, aos quais se facultará ensêjo para especialização em estabelecimentos científicos.
 - 4.ª — Na instalação de postos de monta, nas principais regiões criadoras, economicos, práticos e efficientes, dotados de campos para agrostologia experimental e em condições de servir aos estudos para fixação de espécimes adequados ás exigências dos mercados de consumo.
 - 5.ª — Na instituição do registo genealógico official, centralizado no Departamento de Agricultura.
 - 6.ª — Na concessão de assistência técnica imediata e constante, aos agricultores e criadores, visando o aperfeiçoamento dos sistemas de cultura e criação; na orientação para um trabalho racional de preparo e fertilização do sólo; no amparo pela cessão ao preço de custo de aparelhos agrários, de sementes seleccionadas, de inseticidas e fungicidas; na defesa das plantações no decorrer dos respectivos ciclos vegetativos e na instrução devida por ocasião das colhei-

tas, para obtenção de produtos puros que se imponham á exportação.

- 7.ª — Em suma, na adoção de medidas adequadas, práticas, racionais, modernas e eficientes, no desenvolvimento da agricultura e da pecuária paranaense.

E, finalmente, numa ação conjunta, unificada com o governo da União, que pela iniciativa clarividente de seu ilustre ministro da Agricultura, Dr. Odilon Braga, houve por bem, traçar novos rumos á politica rural, removendo o paralelismo inócuo de funções mal dirigidas, dispendiosas e contraproducentes e, concertando na memorável conferência dos secretários da Agricultura, realizada em meados do ano passado, no Rio de Janeiro, a fórmula, por todos os titulos indicada, de cooperação entre os governos Federal e Estadual, na consecução do objetivo comum, o desenvolvimento econômico do Brasil. De acôrdo com as conclusões dessa conferencia resolvi determinar a assinatura de diversos acôrdos com o Ministerio da Agricultura, e mvirtude dos quais, articularam-se os serviços estaduais e federais.

Os acôrdos assinados foram os relativos aos serviços seguintes:

- 1.º — Ensino Agrícola
- 2.º — Pesquisas e experimentações
- 3.º — Defesa sanitária vegetal
- 4.º — Junta Nacional de combate á saúva
- 5.º — Fomento da produção vegetal
- 6.º — Agrônomos regionais
- 7.º — Classificação e fiscalização do algodão
- 8.º — Serviços Florestais.

Eis, senhores deputados, o relato fiel das atividades do Poder Executivo durante o ano de 1.936. Tendes, em síntese, o panorama geral da vida administrativa do Estado e estais habilitados a prover o Governo de sábias e oportunas medidas, tendentes á realização da felicidade de nosso povo e do progresso do Paraná.

A situação pôde ser encarada com franco e sadio otimismo. Nossa terra crece em todos os sentidos e á prosperidade material, tem seguido o desenvolvimento cultural e social e o aperfeiçoamento dos métodos e aparelhamentos de governo.

A atual administração tem procurado acompanhar o ritmo acelerado de progresso que se processa sob suas vistas. E tem se esforçado por dotar o Estado de organizações que permitam o seu ininterrupto engrandecimento.

Muito está realizado, é força convir. Muito também ha por fazer. Daí o meu apelo a vós, senhores representantes do povo. para que, unidos pelo Paraná, possais contribuir para a grandeza, para o poderio e para a felicidade de nosso grande Estado.

Curitiba, 1.º de Setembro de 1.937.

Manoel Ribas

MFN 940